

A REVOLUÇÃO DOS BICHOS, DE GEORGE ORWELL:

TRADUÇÃO E MANIPULAÇÃO DURANTE A
DITADURA MILITAR NO BRASIL

Christian Hygino Carvalho

Christian Hygino Carvalho

A REVOLUÇÃO DOS BICHOS, DE GEORGE ORWELL:
TRADUÇÃO E MANIPULAÇÃO DURANTE A
DITADURA MILITAR NO BRASIL

Monografia submetida ao
Departamento de Letras Estrangeiras
Modernas da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de bacharel
em Letras: Ênfase em Tradução -
Inglês, elaborada sob a orientação da
Profa. Dra. Maria Clara Castellões de
Oliveira.

Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas e de Letras
Universidade Federal de Juiz de Fora
Março de 2002

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Clara Castellões de Oliveira (Orientadora)

Prof^a. Eliana Martins Rocha

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Campanha da Rocha Ribeiro

DEDICATÓRIAS

À Deus,

“Por vezes, senti meu corpo fraquejar, e Tu estendeste Tua mão e ergueste-me. Por vezes, senti minha alma se abater, e Tu me deste coragem para prosseguir. Por vezes, senti meu espírito desvanecer, e Tu enviaste o Teu próprio espírito para me consolar. Hoje, a vitória é minha... e a Ti, meu Deus, toda honra e toda glória, eternamente, amém...”

À Prof^a. Dr^a. Maria Clara Castellões de Oliveira,

Pela orientação, dedicação, paciência e apoio. Seus conselhos estarão sempre presentes ao longo de minha vida profissional e pessoal.

À Prof^a. Ana Cláudia Peters Salgado,

Pela iniciativa de reativar nosso Bacharelado em Letras, conselhos e apoio.

Aos professores do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas e do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora,

Muito obrigado por todo o conhecimento que vocês transmitiram em suas aulas.

Aos amigos discentes do curso de Bacharelado em Letras - Ênfase em Tradução - Inglês da Universidade Federal de Juiz de Fora,

Pela companhia em toda essa longa caminhada. Pelos momentos de tristezas e alegrias que compartilhamos juntos. Pela força que sempre me deram nos melhores e piores momentos de minha vida. "Aonde quer que eu vá", levo todos vocês em meus pensamentos. Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me conceder a vida.

Em memória daqueles que prosseguiram em suas viagens: minha bisavó Maria, meu tio-avô Francisco, Prof^a. Beatriz Gomes Guerra (Magistra), meus amigos Élio e Gilsandro, avô Joaquim e avó Magdalena, agradeço, de coração, pela força que vocês me deram aqui, nessa vida, e pelas vibrações positivas que vocês têm enviado daí. Vocês se foram, mas sempre carregou vocês em meu coração.

Ao meu pai Élson, pela força e amor que sempre me deu. Por não ter me deixado desistir dos estudos. Por sempre me mostrar que sou capaz, que não há nada impossível, que nosso esforço nos leva a lugares nunca antes imaginados. Apesar de nossas divergências, me orgulho muito de você, pai. Te amo! Ninguém nunca está sozinho!

À minha mãe Angela, pelo amor e preocupação infindável com relação ao meu destino. Muito obrigado, também, pela força que, mesmo em seus momentos de tristeza, conseguiu me fornecer para que eu me sentisse importante e forte. A distância física não representa nada se comparada aos nossos pensamentos. Te amo!

À minha irmã Aline e meu cunhado Fran Sérgio (Shell), pela força e amor que sempre me deram. Por cuidarem um do outro. E, agora, por estarem trazendo o meu/minha sobrinho(a). Que Deus ilumine vossos caminhos! Amo vocês!

À minha namorada e companheira Cristina, por ter entrado no meu caminho. Por se mostrar tão bela. Por ter entendido todos aqueles "hoje, não poderei te ver..." "não sei se poderei ir...". Por abrir meus olhos quando eu insistia em fechá-los. Por ter me oferecido seu ombro, quando eu fraquejava. Por me complementar. Por me amar. Por ter entendido que a minha "distância" era fruto de muito trabalho e cansaço mental. Te amo!

À minha Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Clara Castellões de Oliveira, apesar de todo o conhecimento que você transmitiu em suas excelentes aulas e orientações, agora, não tenho palavras para traduzir toda a minha gratidão. Muito obrigado pelos conselhos, pela preocupação e força. Tenho muita admiração pela sua ética e profissionalismo. Sempre procurarei aproximar-me ao máximo daquilo que acredito ser realmente um exemplo de educadora e que, em você, percebi ser o exemplo mais fiel.

A todos os meus parentes e amigos, obrigado pela força que vocês sempre me deram. Pela compreensão quando estive "sumido" por alguns tempos. Vocês são muito importantes para mim. Não pensem que a importância de vocês não é tão grande quanto a dos acima mencionados. Vocês são muitos e não haveria espaço suficiente se fosse agradecer um por um. Posso fazê-lo pessoalmente. "Vocês sabem quem são vocês".

Ao final do século mais violento da história, quando mesmo o ar que respiramos pode estar contaminado por forças desconhecidas e não vistas por nós, quanto mais compreensão tivermos dos processos que moldam nossas vidas, mais esperançosos poderemos estar de um futuro de maior integridade.

SUSAN BASSNETT E ANDRÉ LEFEVERE

... a tradução, como todas (re)escrituras nunca é inocente. Existe sempre um contexto no qual a tradução acontece, há sempre uma história da qual um texto emerge e dentro da qual um texto é transposto.

SUSAN BASSNETT E ANDRÉ LEFEVERE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
TRADUÇÃO E HISTÓRIA	13
CAPÍTULO 2	
AS RELAÇÕES BRASIL - ESTADOS UNIDOS APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL..	18
2.1 O BRASIL ANTES DE 1964	20
2.1.1 DE GETÚLIO VARGAS A JÂNIO QUADROS	21
2.1.2 O GOVERNO DE JOÃO GOULART	24
2.2 O BRASIL PÓS-64.....	27
2.3 A REPRESSÃO EM SEU APOGEU - 1968 A 1974	30
2.4 A CAMINHO DA ABERTURA	33
2.5 A CAMINHO DA DEMOCRACIA	35
CAPÍTULO 3	
PROCESSOS DE MANIPULAÇÃO NA IMPRENSA E NA TRADUÇÃO	40
3.1 A MANIPULAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	41
3.1.1 O COMPLEXO IPÊS-IBAD NO PERÍODO PRÉ- E PÓS-64	44
3.2 TRADUÇÃO, MANIPULAÇÃO E PATRONAGEM	49
3.2.1 O CONCEITO DE INTERPRETANTE	56
3.2.2 A TRADUÇÃO E SEUS PARATEXTOS.....	58
3.2.2.1 CAPA.....	60
3.2.2.2 ORELHAS.....	62
3.2.2.3 APRESENTAÇÃO	62
3.2.2.4 ANTE-ROSTO.....	63

3.2.2.5 FOLHA DE ROSTO	63
3.2.2.6 VERSO DA FOLHA DE ROSTO	63
3.2.2.7 PREFÁCIO	64
CAPÍTULO 4	
A TRADUÇÃO DE <i>ANIMAL FARM</i>.....	67
4.1 O <i>ANIMAL FARM</i> E O SEU AUTOR	68
4.2 <i>ANIMAL FARM</i> NO CONTEXTO BRASILEIRO	71
4.3 ANÁLISE DOS PARATEXTOS.....	73
4.3.1 CAPA	73
4.3.2 ORELHAS	75
4.3.3 APRESENTAÇÃO.....	76
4.3.4 ANTE-ROSTO	78
4.3.5 VERSO DO ANTE-ROSTO	79
4.3.6 FOLHA DE ROSTO	80
4.3.7 VERSO DA FOLHA DE ROSTO	81
4.4 TÍTULO DO LIVRO	81
4.5 REBELLION = REVOLUÇÃO?	84
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

Traduzir-se a literatura ocidental no Brasil ou na América Latina não é um gesto inocente. Cada ato de tradução transporta a cultura ocidental - daí, o duplo significado de se traduzir a literatura ocidental: a tradução reescreve o original mas também reescreve a história: a tradução representa o original mas também representa a história.

ELSE VIEIRA

O panorama da tradução no contexto brasileiro alterou-se por volta dos anos 30 do século XX, quando o país começou a editar os seus próprios livros. Nesse momento, o volume de tradução em língua inglesa passou a suplantiar o volume de tradução em língua francesa, principalmente. Em outras palavras, o inglês passou a assumir a posição de língua de cultura. Simultaneamente, os Estados Unidos assumiram uma posição de maior destaque no cenário político e econômico brasileiro, mais evidentemente após a 2ª. Guerra Mundial, quando o mundo se dividiu em dois grandes blocos, um dos quais liderados pelos norte-americanos.

A história nos mostra o quanto a presença norte-americana no Brasil determinou a ideologia que conduziu ao golpe militar de 64 e a sustentou durante os anos da ditadura. Nesse sentido, este trabalho pretende discutir a tradução no contexto da ditadura militar instaurada no país em 1964, detendo-se, especificamente, em uma obra publicada no mesmo ano e intitulada *A Revolução dos Bichos*, uma tradução do original *Animal Farm*, de George Orwell, concluído em 1944 e publicado um ano depois.

O livro *A Revolução dos Bichos* foi resultado de um programa de traduções implementado por uma instituição denominada Ipês (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Aos olhos dessa instituição, formada por civis e militares, *Animal Farm* era uma obra que poderia ser usada como uma arma anticomunista pois, ao final da mesma, com o autor tendo traçado semelhanças entre homens e porcos, quando governantes, acabava por ridicularizar todos aqueles que diziam lutar por uma sociedade igualitária. Assim, os militares procuravam levar aos cidadãos brasileiros o temor de uma nova corrente política que se dizia mais justa, igualitária e favorável

aos ideais populares, criando na mente dos brasileiros um sentimento de recusa ao sistema comunista.

O trabalho a que me proponho a realizar constitui-se um suplemento ao estudo feito por Liliam Mara Rodrigues Silva em sua dissertação de mestrado, procurando fornecer uma nova camada interpretativa que se sobreporá ao original, lembrando o conceito de tradução de Benjamim (1970) e a interpretação que dele foi feita por Derrida (1985). Dessa maneira, através de textos de Perseu Abramo, André Lefevere, Theo Hermans, Mary Snell-Hornby, Else Vieira, entre outros, procuro mostrar os mecanismos de manipulação no processo de tradução de uma obra escrita em outro tempo e em outro lugar, *Animal Farm*. Essa obra, anos mais tarde, é lembrada no contexto brasileiro através de uma tradução que visava aos propósitos de sedimentar uma postura anticomunista e de sustentar a ideologia do golpe militar de 1964. Além de analisar os paratextos da tradução do livro de Orwell, focalizo minhas atenções nas interpretações surgidas na leitura do original e na leitura da respectiva tradução brasileira, contrastando ambas. Acredito que esse trabalho venha a fornecer uma compreensão mais elucidativa da história político-cultural do país no período mencionado.

No capítulo 1, demonstro como tradução e história possuem relações intrínsecas, de tal modo que o estudo da tradução permite resgatar fatos não revelados anteriormente em abordagens de períodos específicos da história de uma sociedade. Nesse entrelaçamento de tradução e história, utilizarei conceitos e idéias defendidos por Judith Woodsworth, Jean Delisle e Lia Wyler.

No capítulo 2, apresento um panorama geral do Brasil em termos sociais, políticos e econômicos após a 2ª. Guerra Mundial, chegando até o final de 1989,

quando, após a ditadura militar, foi eleito o primeiro presidente através do voto direto. Nesse capítulo, procuro destacar a presença dos Estados Unidos da América na vida de nosso país. Para tal, utilizei como fontes: *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, de René Armand Dreifuss; *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*, de Thomas E. Skidmore, e *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*, de Júlio José Chiavenato.

No capítulo 3, abordo os processos de manipulação da informação presentes nos campos da imprensa em geral e da tradução. Para isso, no que diz respeito à manipulação na imprensa, utilizo material encontrado na internet, de autoria de Perseu Abramo. No que diz respeito à manipulação no contexto da tradução, trabalho com textos de Hermans, Lefevere, Snell-Hornby, entre outros. Durante o presente capítulo, apresento dados que confirmam o quanto, no momento de preparação do golpe e durante o período da ditadura militar, a informação - veiculada por diferentes meios - foi manipulada por institutos tais como o Ipês, mencionado anteriormente.

No capítulo 4, apresento, de forma geral, os contextos inglês e brasileiro quando da época de lançamento da primeira edição do original e da tradução da obra de George Orwell, respectivamente, *Animal Farm* e *A Revolução dos Bichos*. Após essa localização temporal, analiso os paratextos e extratos textuais da tradução brasileira, explicitando a manipulação ocorrida nos mesmos sob a luz dos conceitos apresentados no capítulo 3.

CAPÍTULO 1

TRADUÇÃO E HISTÓRIA

Segundo Judith Woodsworth (1996), "em muitas disciplinas, o treinamento inclui uma boa dose de história" (p. 9), citando como exemplos disciplinas como a história da música, a história da ciência, a história da medicina, etc.. Diz ela que tal fato demonstra a importância do estudo da historiografia em quaisquer áreas do saber. Assim, da mesma forma que acontece com os outros cursos, o mesmo deveria acontecer com os de tradução, nos quais uma disciplina em tais moldes teria por objetivo preencher lacunas deixadas pelos estudos pré-acadêmicos, que deixam a desejar em termos de conhecimentos gerais sobre as diferentes culturas de tempos remotos e dos atuais (1996:11).

Avaliar o passado é uma atividade de grande valia para a compreensão do mundo atual, uma vez que o homem, através do conhecimento de erros antes cometidos, adquirirá o discernimento necessário para se esquivar de situações semelhantes. Pode-se dizer que o conhecimento do passado via tradução promoverá uma abertura para uma melhor compreensão da história no momento em que um texto estrangeiro aportou em seus domínios.

Woodsworth defende que, assim como as teorias lingüísticas da tradução foram estendidas, suplementadas ou, até mesmo, substituídas pelas teorias culturais, a tradução dever ser analisada em seu contexto sociológico e cultural (1996:11). Essa "virada cultural" nos estudos da tradução pode ser considerada como o início dos estudos da história da tradução, demonstrando que as atividades tradutórias estão ligadas aos projetos intelectuais, religiosos ou ideológicos e estão intimamente relacionadas com eventos ou movimentos históricos maiores (1996:12).

Segundo Woodsworth, o estudo da história da tradução estaria baseado na análise tanto da história da prática quanto da história da teoria, pois, assim,

poderíamos descobrir quem eram os tradutores, quais textos eles traduziam; sob quais circunstâncias o faziam; como eles avaliaram seus trabalhos; o que eles escreviam em seus prefácios e pesquisas e como as traduções foram avaliadas em diferentes períodos da história (1996:12-13).

Tanto para Woodsworth quanto para Jean Delisle (1995), desde quando os homens começaram a desenvolver seus sistemas de escrita, os tradutores serviram como ligações vitais para a transmissão de conhecimentos entre pessoas separadas por barreiras lingüísticas. Assim, foram construídas pontes entre as nações, raças, culturas e continentes, pontes entre o passado e o presente. Os tradutores, segundo eles, têm a habilidade de atravessarem tempo e espaço (p. 13).

Ainda segundo Woodsworth e Delisle, os tradutores costumavam ser criticados pela sociedade, sendo chamados de traidores e oportunistas. Tal fato, segundo eles, se deve ao medo que as pessoas das culturas receptoras apresentam perante valores novos, estrangeiros e, às vezes, estranhos a elas. Desse modo, a sociedade não estaria criticando o tradutor, mas a situação em que elas são postas (1995:13). Os autores acrescentam que, essa situação, que coloca em questão nossos próprios valores e nos força a nos analisarmos, sempre nos deixa em uma posição não muito confortável (1995:14). Desse modo, "a construção de uma história da tradução traz à luz o complexo trabalho dos intercâmbios culturais entre os povos, culturas e civilizações através dos anos" (DELISLE, WOODSWORTH, 1995:15).

Dentro dessa perspectiva do estudo da história da tradução como uma forma de se resgatar fatos históricos de um país, Lia Wyler, em *Uma Perspectiva Multidisciplinar da Tradução no Brasil* (1999), alega que, por vários séculos, a

tradução permitiu, nos países europeus, um intercâmbio variado, cuja baixa intensidade favoreceu uma assimilação lenta e fecunda dos produtos culturais que se destacaram em cada época, ao passo que, no Brasil, ao invés desse intercâmbio lento, variado e multidirecional, a tradução contribuiu para a construção de culturas hegemônicas de substituição, ao invés de alimentar as culturas nacionais (WYLER, 1999:97).

Durante os 300 anos após o descobrimento, época em que o Brasil foi proibido de imprimir e importar livros que não passassem por Portugal, os produtos culturais da França acabaram reinando em nosso país, uma vez que a produção brasileira era insignificante. Essa hegemonia francesa ficou registrada nas canções de gesta do folclore nordestino, nas conspirações e revoltas do Brasil colonial, principalmente nos séculos XVII e XVIII, inspiradas nas idéias de pensadores franceses como Rousseau, Montesquieu, Fénelon, Diderot e outros (WYLER, 1999:99).

A Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a reforma de ensino proposta por Benjamin Constant, o republicanismo autoritário que desencadeou o Estado Novo e a Revolução de 1964, segundo Wyler, foram influenciados pelo positivismo de Auguste Comte. Assim, percebemos que as traduções serviram como forças modeladoras em nossa cultura, influenciando a maneira de pensar do povo e dos nossos dirigentes.

A partir da 2ª. Guerra Mundial, como mencionado na introdução, os Estados Unidos assumiram uma posição de maior destaque no cenário político e econômico brasileiro e, em meados da década de 60, o governo norte-americano passou a investir de forma significativa na indústria editorial brasileira, que havia perdido sua

competitividade devido ao aumento dos custos gráficos e de uma taxa de câmbio que progressivamente favoreceu a importação de livros estrangeiros (WYLER, 1999:101).

Os Estados Unidos, cientes de tal aceitação do mercado brasileiro diante de suas obras, criaram um programa de edição de livros norte-americanos a serem traduzidos para o português. Segundo Wyler, a agência responsável por tal programa "escolhia os autores do interesse do governo norte-americano, pagava os direitos autorais, selecionava e subsidiava os tradutores e até financiava os custos de produção dos livros no Brasil" (1999:101). Desse modo, levando-se em conta que os Estados Unidos possuíam interesses políticos e econômicos no Brasil, podemos afirmar que as traduções, principalmente a partir da década de 60 e durante os anos da ditadura militar brasileira, foram condicionadas por tais interesses.

A tradução, como uma forma de relatar fatos históricos, pode ser vista como uma reescritura, um transplante de uma realidade que, talvez, já não mais exista, em uma outra cultura. Diante dessa afirmação, poder-se-ia dizer que, assim como as culturas se diferem uma das outras, suas maneiras de interpretar e fazer uso de determinados fatos também serão diferentes, resultando, dessa maneira, em textos que se diferem quanto às suas ideologias. Assim, um mesmo texto adquire várias roupagens ao sofrerem um deslocamento no tempo e no espaço.

CAPÍTULO 2

AS RELAÇÕES BRASIL - ESTADOS UNIDOS APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL

Nesse segundo capítulo, levando-se em conta os governos pós-2ª. Guerra Mundial, traço um panorama da interferência norte-americana na vida econômica e política brasileira. Pretendo, com isso, demonstrar que tal interferência serviu como uma forma de patrocinar e sustentar o golpe de 64. Com relação a essa interferência norte-americana no contexto brasileiro, Júlio José Chiavenato, em seu livro *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*, afirma que os Estados Unidos, após a deposição de Vargas, interferiram em todos os golpes de Estado no Brasil, acrescentado que os embaixadores norte-americanos, a partir da década de 60, conspiraram com os políticos de direita e que o golpe de 64 não teria ocorrido sem tal apoio internacional (1994:39).

Dessa maneira, podemos perceber que a influência dos Estados Unidos em nossa vida político-econômica era visível, podendo também ser ilustrada através do grupo de oficiais brasileiros que, influenciados pelo modelo da National War College (Academia Nacional de Guerra) dos Estados Unidos, fundaram, em agosto de 1949, a ESG (Escola Superior de Guerra). Essa escola, segundo Chiavenato, somente a partir de 1963 transformou-se em importante célula pensante aglutinadora das forças que posteriormente dariam o golpe (1994:45). Ela funcionava como um centro de estudos políticos muito influente, que fornecia a civis e militares de destaque cursos de um ano de duração, nos quais eram ensinadas técnicas para o combate à "guerra interna". Essa teoria, que foi "introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana" (SKIDMORE, 1988:22), sustentava a idéia de que a principal ameaça ao país estava dentro de seu próprio território. Segundo eles, os sindicatos trabalhistas de esquerda, os intelectuais, as organizações de trabalhadores rurais, o clero, os estudantes e professores universitários eram uma constante ameaça ao

sistema capitalista vigente. Dessa forma, essas categorias deveriam ser "neutralizadas" ou até mesmo "extirpadas através de ações decisivas" (SKIDMORE, 1988:22). Os diplomandos dessa escola recebiam como prêmio "uma visita aos Estados Unidos e uma honrosa entrevista com o seu presidente" (CHIAVENATO, 1994:46). Tudo isso subsidiado pelo próprio governo norte-americano.

2.1 O BRASIL ANTES DE 1964

Com o fim da 2ª. Guerra Mundial, em meados de 1945, o mundo se bipolarizou em dois segmentos político-ideológicos: de um lado estavam os países que seguiam o capitalismo, liderados pelos Estados Unidos, e do outro estavam os que seguiam o comunismo, liderados pela União Soviética. Os anos que se seguiram foram representados pela disputa de poder entre essas duas principais potências. A União Soviética, segundo Chiavenato, havia reconhecido o direito de os Estados Unidos de controlarem a América Latina (1994:59), o que levou esse país a exercer uma crescente influência, principalmente sobre o Brasil, possuidor de um grande, rico e bem localizado território. A partir de então, o pensamento da elite governante brasileira, principalmente o da representada pelos militares, como também de grande parte do empresariado nacional, passou a ser norteador pelo modelo político-econômico americano. Foi nesse momento também que os contatos do Brasil com a língua inglesa se fizeram mais fortes, transformando essa língua em principal fonte da literatura traduzida, em substituição ao francês, até então considerada a língua de cultura no país. O volume de traduções, nesse contexto,

aumentou, assim também como houve uma aproximação cultural da língua inglesa. Desse modo, o estilo de vida norte-americano foi sendo paulatinamente incorporado à nossa cultura.

Durante esse período imediatamente pós-guerra, o presidente da república foi Eurico Gaspar Dutra, um militar que havia sido o Ministro da Guerra de 1936 a 1945. Seu governo, que se iniciou em 1946 e terminou em 31 de janeiro de 1951, não será alvo de atenção desse trabalho, tendo em vista que, procurando levantar dados que ilustrem as relações entre os Estados Unidos e o nosso país, considero ser mais produtivo analisar o período que se inicia com o segundo governo de Getúlio Vargas. No entanto, é importante mencionar o fato de Dutra ter decretado a ilegalidade do Partido Comunista, dando um poder maior aos Estados Unidos e seu sistema político em território brasileiro.

2.1.1 DE GETÚLIO VARGAS A JÂNIO QUADROS

De 1951, ano em que Getúlio Vargas assumiu a presidência, até 1954, quando ele cometeu suicídio, temos um período reconhecido pela sua "política de cunho nacionalista e populista" (SKIDMORE, 1988:26), que se caracterizou, entre outros acontecimentos, pela queda dos preços do café no mercado internacional, pela luta em prol do monopólio nacional do petróleo, pela tentativa de melhorar os salários dos trabalhadores, enquanto, por outro lado, os dos militares "encolhiam". Tais atitudes, fundamentadas no modelo dos partidos socialistas democráticos europeus, nos quais se espelhava o partido de Getúlio Vargas, o PTB (Partido

Trabalhista Brasileiro), conduziram a um aumento da inflação interna, o que gerou insatisfação popular. Surgiu, também, uma grande insatisfação por parte dos militares, que viam a atual política brasileira como uma ameaça ao sistema capitalista, e, conseqüentemente, um apoio ao comunismo.

Em 1955, assumiu o poder Juscelino Kubitschek, que pautou o seu governo em um rápido crescimento econômico, conduzido pelo lema "50 em 5"; pelas inovações (construção da nova capital federal em Brasília e criação da SUDENE, por exemplo); pelo incentivo dado ao capital estrangeiro para investir em setores como a indústria de automóveis; pelo rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional), em 1959, e pelo conseqüente despertar do nacionalismo no país, o que, por sua vez, causou insatisfação entre os políticos pertencentes à UDN (União Democrática Nacional), principal partido conservador da época, fundado para combater a ditadura em 1945, e entre muitos militares que não simpatizavam com a política do partido de Juscelino Kubitschek, o PSD (Partido Socialista Democrático).

Assim, em 1960, a UDN escolheu como candidato à presidência Jânio Quadros, um modesto ex-professor de São Paulo, com um excepcional carisma político, que já havia sido eleito prefeito da cidade de São Paulo e governador do estado de mesmo nome. A UDN, apesar de saber que a identificação partidária de Quadros era mera conveniência e que ele já havia trocado algumas vezes de partido, se interessou por ele, pois, segundo Skidmore, o mesmo professava muitas das posições udenistas, como a intransigência com a corrupção, a suspeita em relação a obras faraônicas, a preferência pela livre empresa e a ênfase nos valores do lar e da família, além de ser um político que conquistava facilmente muitos votos e que prometia erradicar a inflação e racionalizar o papel do Estado na economia

(1988:28). Com toda essa credibilidade, Quadros venceu as eleições em 1960 e, em 1961, assumiu a presidência da República, formando um governo com nomes que estavam comprometidos com a política financeira do grande capital norte-americano. Mas, por outro lado, Quadros começou a proferir discursos demagógicos e nacionalistas, que incomodaram os defensores do capitalismo. E ele não ficou somente nos discursos. Segundo Chiavenato, o então presidente:

... reatou relações diplomáticas com os países do Leste Europeu; mandou representantes às conferências de Cairo e Belgrado, defendendo posições hostis aos Estados Unidos; e, talvez o mais importante, apoiou o ingresso da China Popular na ONU (Organização das Nações Unidas).

Com o presidente Frondizi, da Argentina, tentou formar uma frente à ingerência dos Estados Unidos na política dos países sul-americanos. Recusou as pressões de enviados do governo norte-americano (Adolf Berle e Moors Cabot) para "amenizar" sua política externa. Convidou o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (na época, uma espécie de "demônio" para a direita), para integrar a missão brasileira na Conferência de Punta del Este. Defendeu a libertação dos povos africanos, opondo-se à política imperialista de Portugal, apoiada pelos Estados Unidos. Finalmente, condecorou o astronauta soviético Lúri Gagárin e, culminando, fez o mesmo com Chê Guevara, o símbolo da Revolução Cubana. Parecia um governo de esquerda... (1994:10).

Nesse clima de aparente apoio às idéias socialistas, Jânio Quadros foi muito pressionado, perdeu o apoio político que precisava para se manter no poder e, sem condições de articular sua defesa, acabou renunciando à Presidência, quase sete meses depois de sua posse.

2.1.2 O GOVERNO DE JOÃO GOULART

João Goulart, o vice-presidente, deveria assumir o cargo deixado por Quadros, mas Gabriel Grüm Moss, Brigadeiro da Aeronáutica, Odílio Denis, General de Guerra, e Sílvio Heck, Almirante da Marinha, então ministros militares, vetaram a posse de Goulart, que se encontrava em missão oficial na República Popular da China. O motivo alegado pelos militares foi o de que Goulart havia concedido posições importantes em sindicatos trabalhistas a simpatizantes do comunismo, quando ministro do último governo de Getúlio Vargas. Naquele momento, ele também propôs o aumento salarial dos trabalhadores. Assim, não era de se estranhar o medo que os militares tinham de deixar o poder em suas mãos. Ao tentar impedir a posse de Goulart, eles procuraram fazer uma eleição indireta para colocar um general no poder, para impedir o que eles acreditavam ser uma "ameaça comunista" e a conseqüente perda do apoio político e financeiro dos Estados Unidos. Os militares não conseguiram êxito e a posse de João Goulart foi inevitável. Chegou-se à solução de que Goulart assumiria, mas com poderes reduzidos, transformando, dessa maneira e através de uma emenda constitucional, o Brasil em uma república parlamentar.

Goulart, ao mesmo tempo em que lutou para readquirir os poderes perdidos, lutou também contra uma inflação altíssima e contra a perda da credibilidade com os credores internacionais, que estavam atentos às tendências socialistas do governo. Entre as marcas mais importantes desse governo encontram-se as reformas de base apresentadas pelo próprio presidente. Segundo Chiavenato, "as reformas de base abarcavam quase toda a sociedade. Existiam planos para as áreas eleitoral,

administrativa, tributária, urbana, bancária, cambial, universitária e, certamente a mais polêmica, a agrária" (1994:14). Uma das reformas, a urbana, buscava a desapropriação de imóveis excedentes desocupados, ou seja, um indivíduo poderia ter somente um determinado número de imóveis, o restante seria desapropriado e financiado pelo Estado para aqueles que não possuísem ainda um imóvel próprio. Essa reforma colocava em pânico muitos proprietários e especuladores. Outra reforma seria a bancária, que tinha como objetivo a nacionalização de todos os bancos estrangeiros e a participação dos bancários em sua direção. Uma terceira reforma de importância seria a eleitoral, que incomodou bastante as elites políticas e a hierarquia militar, pois concedia direito de voto aos analfabetos e soldados. Mas, segundo Chiavenato, "a proposta que mais sensibilizou a nação e irritou as elites sociais - e religiosas - foi a Reforma Agrária (...) A mera divulgação de que o projeto de Reforma Agrária estava sendo remetido ao Congresso praticamente derrubou o presidente João Goulart" (1994:15). Concomitante a tudo isso, de acordo com Skidmore, "em Washington, o assessor de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, monitorava pessoalmente o tráfego telegráfico originário do Brasil, sinal indisfarçável da preocupação da Casa Branca de que o país desse uma guinada para a esquerda" (1988:20).

O governo de Goulart exerceu um controle mais rigoroso sobre as empresas estrangeiras que se instalavam no país somente para conquistar o poder monopolista do mercado e, assim, enviar a maior quantia de lucros possível para suas matrizes no exterior. Esse controle pode ser exemplificado por uma lei, aprovada pelo Congresso, em 1962, que tornava a política de remessa de lucros

mais severa e que, por sua vez, demonstrava o nacionalismo radical predominante no Legislativo daquela época.

A conspiração contra o governo de Goulart, que estava crescendo mais a cada dia, já mostrava sinais de vitória: alguns políticos se apresentavam publicamente como coniventes à intervenção dos Estados Unidos na política nacional, os jornais já apresentavam o desejo da classe dominante como sendo de toda a população e o descontentamento com a situação era crescente entre os militares, empresários e toda a classe dominante. Em 1963, segundo Chiavenato, cerca de 4 mil cidadãos norte-americanos obtiveram vistos para se fixarem no nordeste brasileiro e outros 3 mil foram recusados. Em 1963, havia mais norte-americanos nessa região do que na Segunda Guerra Mundial, quando eles tinham várias bases no local (1994:66). O apoio dos Estados Unidos na formação de grupos treinados para implementar o novo governo, contrário ao de Goulart, era incontestável.

Assim, com todo o aparato político fornecido pelo governo norte-americano, os militares, apoiados não só por membros da população em geral, mas também por institutos, sobre os quais se falará mais tarde, e empresários, que se sentiam ameaçados pela "onda comunista", tomaram o governo em 31 de março de 1964. O golpe, segundo Chiavenato, teve início com o deslocamento das tropas em Minas Gerais, na madrugada do dia 31, onde o general Mourão Filho, chefe da IV Região Militar, em Juiz de Fora, justificou o movimento alegando que o presidente Goulart tinha abusado do poder e devia ser afastado (1994:46). Aqui, vale ressaltar que, segundo Dreifuss, o general, que há muito se destacava como contrário ao governo Goulart, apesar de ter sido uma peça-chave para o desencadeamento do golpe, não

trabalhava dentro das instituições que se encarregavam da preparação do mesmo, funcionando mais como um informante de suas próprias atividades do que um receptor de informações sobre qualquer movimento estruturado contra João Goulart (DREIFUSS, 1981:374-375). Assim, como já haviam traçado anteriormente táticas para a derrubada do poder e a instauração de um governo militar, os militares e políticos de direita de todo o território brasileiro, apoiando a decisão do general Mourão Filho e percebendo que o governo federal se encontrava incapaz de qualquer reação ou tática defensiva, fizeram com que o golpe repercutisse rapidamente em toda a nação, mudando, dessa maneira, o rumo de toda a política brasileira.

2.2 O BRASIL PÓS-64

Após o golpe de 1964, a luta passou a ser a de decidir quem chefiaria o novo governo militar. Nos bastidores, se esquivando de todos os trâmites da constituição, a maioria dos revolucionários militares e civis escolheram o coordenador da conspiração militar, o general Castelo Branco, como novo presidente. O governo foi formado por administradores, políticos e representantes de interesses econômicos ou sociais das classes dominantes.

Do golpe de 64 até 1968, temos quatro anos que se caracterizaram, principalmente, pela promulgação dos atos institucionais, que foram uma maneira encontrada pelos militares de exercerem o controle político-ideológico, sem se tornarem inconstitucionais. O primeiro Ato Institucional (AI-1), promulgado em 9 de

abril, permitia, mediante investigação sumária e excluída a apreciação judicial, a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que houvessem atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade administrativa. Esse ato conferia ainda ao Presidente a República a faculdade de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos. O artigo 7 do AI-1 possibilitou o afastamento de professores e cientistas de faculdades, o que promoveu a conhecida "evasão dos cérebros", tudo em prol da manutenção da chamada "segurança nacional" (CHIAVENATO, 1994:66).

A repressão militar não se restringiu aos atos institucionais. Ainda em abril de 1965, a Universidade de Brasília foi invadida por soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, fortemente armados, que procuraram armas, levaram para a delegacia universitários e professores, os fizeram depor, os mantiveram presos e, mais tarde, os indiciaram em Inquérito Policial Militar, que nada concluiu.

Em 1965, surgiu o AI-2, que extinguiu os partidos políticos, suspendeu garantias constitucionais de estabilidade, vitaliciedade, inamovibilidade e previu a possibilidade de decretação do estado de sítio. Em novembro do mesmo ano, foi criado o bipartidarismo, surgindo a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Assim, o governo tornava mais fácil a vitória de seus candidatos e dificultava, conseqüentemente, o ingresso de um esquerdista no governo ditatorial.

A disposição do governo em favorecer os Estados Unidos se tornou visível, quando, em 1967, o Artigo 161 da Constituição do mesmo ano, considerou as riquezas minerais como propriedade distinta do solo, permitindo a sua extração por sociedades organizadas no país. Isso significava que as multinacionais que

possuíam filiais em território nacional tinham direito de explorar nossos minérios (CHIAVENATO, 1994:72).

Em março de 1967, Costa e Silva assumiu o cargo deixado por Castelo Branco. Costa e Silva, que fazia parte da chamada "linha-dura", tornou o governo ainda mais ditatorial: decretou uma nova constituição; promulgou a Lei de Segurança Nacional, que transformava todo e qualquer cidadão em um suspeito de subversão; criou a Lei de Imprensa, "com restrições brutais à liberdade de informação" (CHIAVENATO, 1994:66).

No entanto, o povo procurava cada vez mais formas de resistência: lutas clandestinas, greves, manifestações estudantis e em fábricas. Essa insatisfação resultou na Passeata dos 100 mil, em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, que reuniu estudantes, artistas, intelectuais, representantes do clero, sindicalistas e povo em geral. Uma comissão foi criada para levar até o presidente as reclamações da sociedade civil. Para impedir manifestações do tipo e outras mais extremas, o governo promulgou, em dezembro de 1968, o AI-5, que autorizou o presidente da República a colocar em recesso o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais e deu ao presidente plenos poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e funcionários. Esse ato suspendeu o habeas corpus e autorizou o julgamento em tribunais de crimes políticos. O AI-5, que nasceu para inibir as greves dos metalúrgicos de Contagem (MG) e Osasco (SP), conter manifestações estudantis e anular a crescente militância dos trabalhadores, marcou o início da mais severa época para a população brasileira durante o período ditatorial.

2.3 A REPRESSÃO EM SEU APOGEU - 1968 A 1974

O AI-5, diferentemente dos outros atos anteriormente promulgados, não possuía "prazo de validade", o que, praticamente, tornava eterna a ditadura instaurada em 1964 (CHIAVENATO, 1994:77). Os militares, segundo exposto no próprio texto do AI-5, deveriam governar "preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária" (AI-5). Assim, tudo que fosse considerado contrário ao governo, que pusesse em risco o bem-estar da nação, era rotulado de subversivo.

O AI-5, ao conferir aos militares tais poderes, acabou se tornando um marco do fim da "liberdade de expressão", antes assegurada pela Constituição a todo e qualquer cidadão. A anulação desse direito pode ser vista como o início da censura, uma palavra que, a partir desse momento, se tornou uma constante no cotidiano do brasileiro durante o regime militar e que, do lado dos militares, se tornou a mais poderosa arma contra o cidadão que insistia em ter idéias contrárias que ameaçavam a tão aclamada segurança nacional.

Em agosto de 1969, a Junta Militar, composta pelo marechal Márcio de Souza e Melo (Aeronáutica), pelo general Aurélio de Lyra Tavares (Guerra) e pelo almirante Augusto H. Rademaker Grünewald (Marinha), assumiu a presidência no lugar de Costa e Silva, que foi afastado devido a uma trombose. O vice-presidente, Pedro Aleixo, um civil com fama de "liberal", não pôde assumir a presidência por motivos óbvios (CHIAVENATO, 1994:77). Essa Junta Militar criou, em setembro de 1969, a Lei de Segurança Nacional que, juntamente com o AI-5, promoveu

acusações, perseguições e mortes de muitas pessoas que, diante dos olhos do governo, atentavam contra a paz e o progresso da nação. Ela autorizou "o governo federal a intervir em virtualmente qualquer nível de atividade social se julgasse que a segurança nacional havia sido violada" (SKIDMORE, 1988:219). Para tornar ainda mais eficaz a repressão aplicada pelo governo, os militares promulgaram, em 9 de setembro de 1969, o AI-14, que autorizou a pena de morte para subversivos.

Diante dessa situação, em que o governo assumiu poderes arbitrários devido à promulgação de atos institucionais e seus respectivos atos complementares, o país passou a se caracterizar pela censura a todo tipo de arte, informação e cultura. Segundo Skidmore, a censura, que até meados de janeiro de 1969 foi exercida por oficiais do Exército, em setembro de 1972, foi assumida pela Polícia Federal, que:

... passou a mandar suas ordens de censura aos editores, por telefone ou por escrito. Os assuntos geralmente proibidos eram atividades políticas estudantis, movimentos trabalhistas, pessoas privadas dos seus direitos políticos e más notícias sobre a economia. As notícias mais sensíveis eram as referentes aos militares - o que quer que pudesse causar dissensão nas forças armadas ou tensão entre os militares e o público (1988:267).

Em 25 de outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici foi indicado para a presidência da República, tendo tomado posse em 30 de outubro de 1969. O governo Médici recebeu "novos ministros, que eram principalmente administradores, em contraste com outros Ministérios desde 1964, constituídos mais com políticos

profissionais e representantes de interesses econômicos ou sociais" (SKIDMORE, 1988:213). Esse fato nos mostra o quão o governo militar estava envolvido com empresários, tecnocratas e outros defensores do capitalismo.

O governo Médici se caracterizou, principalmente, pelo "milagre econômico", que levou a classe média alta a um consumo desenfreado, e pela perseguição a estudantes e professores, principalmente àqueles pertencentes ao meio acadêmico. Expulsões, prisões e torturas eram uma constante dentro das universidades e faculdades. Vale ressaltar que as únicas faculdades que eram poupadas de tais ações eram as de economia (SKIDMORE, 1988:220), talvez pelo simples fato de que o governo militar era composto por muitos profissionais oriundos dessas faculdades. Apesar da perseguição, o governo Médici não deixou de dar assistência ao ensino superior e aumentou o orçamento do mesmo, o que representou um número maior de vagas nas universidades e a contratação de mais professores. Tudo isso graças ao *boom* econômico que caracterizou esse governo.

Enquanto, de um lado, o *boom* econômico do governo Médici agradava bastante aos Estados Unidos, por outro lado, as perseguições e torturas aos subversivos incomodavam o país chefe do capitalismo e principal investidor em terreno brasileiro, a ponto de, em um editorial do *New York Times*, o redator ter questionado se o Brasil precisava de repressão para ser bem sucedido na economia (SKIDMORE, 1988:308). Esse questionamento representou a opinião pública norte-americana a respeito da repressão brasileira, mas não impediu que o governo norte-americano considerasse o desenvolvimento brasileiro de acordo com suas preferências e permitisse seu secretário de Estado, William Rogers, visitar o Brasil em maio de 1973 e demonstrar a continuação do apoio norte-americano ao governo

Médici (SKIDMORE, 1988:308). Em 15 de março de 1974, Ernesto Geisel, eleito indiretamente pelo Congresso, assumiu a sucessão de Médici. O seu governo foi marcado pelo início de uma política de abertura considerada lenta e gradual.

2.4 A CAMINHO DA ABERTURA

O governo Geisel tinha quatro metas principais. A primeira era continuar com o apoio da maioria dos militares, ao mesmo tempo em que tentava reduzir o poder da chamada "linha dura", restabelecendo o caráter estritamente profissional dos oficiais das forças armadas. Buscava-se o apoio de militares pois, em tal momento, se o presidente não tivesse esse apoio, certamente não alcançaria seus objetivos e, conseqüentemente, não realizaria qualquer mudança política significativa. A segunda meta do presidente Geisel era continuar com o controle dos subversivos. Dessa maneira, o governo tinha que manter um equilíbrio coerente entre essa e a primeira meta. Deveria perseguir subversivos e centro-esquerdistas para adquirir a confiança dos militares e, assim, posteriormente e/ou concomitantemente, pôr em prática a primeira meta anteriormente mencionada. A terceira meta, que era bastante delicada, consistia em retornar à democracia. Isso não significava que Geisel permitiria o ingresso da oposição no poder. Seu governo tinha em mente um sistema democrático, no qual o partido do governo continuasse a mandar sem contestação. Para tal, deveria caminhar lentamente, executando um trabalho de tranquilização dos militares. A quarta meta do governo consistia em manter as taxas de crescimento do país em alta. Acreditava-se que, ao manter essas taxas em

constante crescimento, o bolo cresceria de forma notável e, conseqüentemente, uma divisão desse bolo em partes mais dignas e justas seria possível sem que qualquer camada social se sentisse prejudicada. Para ilustrar essa posição de abertura lenta e gradual do governo Geisel, temos um discurso feito pelo próprio presidente no princípio de 1975:

O que almejamos para a nação (...) é um desenvolvimento integrado e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homoganeamente, todos os setores - político, social e econômico - da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a **distenção** (destaque do original) - isto é, a atenuação, se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da nação e o bem-estar do povo (GEISEL citado por SKIDMORE, 1988:343-44).

O interessante é que, no mesmo discurso, segundo Skidmore, ele anunciou que o governo não pretendia abrir mão dos poderes adquiridos por força do AI-5. Assim, ele fortalecia a idéia de que, somente se os militares tivessem confiança no governo e em sua política de manutenção da tão aclamada segurança nacional, a oposição poderia esperar "um retorno ao império da lei" (1988:344). Uma atitude que, ao mesmo tempo em que tranqüilizava os militares, agradava aqueles que gostariam de viver em um país verdadeiramente democrático. Em termos de redução da política repressiva dos militares, tivemos, no governo de Ernesto Geisel, como principais conquistas, a restauração do *habeas-corpus*, a revogação do AI-5, o retorno da grande maioria dos refugiados políticos e a suspensão da censura.

Essa liberalização do governo Geisel abriu um espaço para que manifestações começassem a surgir, reivindicando justiça e o fim da repressão, que vinha sendo conduzida pelos militares. Dessa maneira, bombas em editoras, associações e outras instituições passaram a ser uma constante, assim como passeatas e manifestações. Como exemplos, temos os atentados à Associação Brasileira de Imprensa e à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ambas no Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1976; o atentado à Editora Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1976; a passeata de cinco mil estudantes, saindo do campus da USP e chegando até o Largo de Pinheiros, sob vigilância de forte aparato policial, em fevereiro de 1977; a Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, durante os anos de 1978 e 1979, e a greve dos metalúrgicos no ABC, que se alastrou por São Paulo, Osasco e Campinas, durante os meses de maio, junho e julho de 1978, entre muitas outras manifestações contra o governo ditatorial.

2.5 A CAMINHO DA DEMOCRACIA

Em outubro de 1978, o Congresso elegeu João Baptista Figueiredo como presidente, que, por sua vez, comprometeu-se a dar continuidade à abertura lenta e gradual que havia se acelerado no último ano do governo Geisel. Em um de seus discursos, Figueiredo disse que reafirmava os compromissos da Revolução de 1964 de assegurar uma sociedade livre e democrática, reafirmando, também, seu inabalável propósito de fazer do Brasil uma democracia, garantindo a cada

trabalhador a remuneração justa e o financiamento, pelos próprios brasileiros, dos custos do desenvolvimento. (FIGUEIREDO citado por SKIDMORE, 1988:412).

O ano de 1979, segundo Skidmore, foi um período de negociação na política brasileira. O país enfrentava um índice alto de inflação e vários outros problemas de ordem econômica, mas Figueiredo tinha outras preocupações que, naquele momento de abertura política, julgava serem mais importantes, por exemplo, a anistia, que se tornou um tópico fundamental para o abandono do regime autoritário e a reintegração na sociedade dos milhares de exilados políticos que tiveram que sair foragidos do país desde 1964. Manifestações populares eram uma constante e, onde quer que houvesse multidões, os defensores da anistia apareciam para protestar. Assim, em agosto de 1979, a lei da anistia foi aprovada pelo Congresso, beneficiando todos os presos ou exilados por crimes políticos desde setembro de 1961 e devolvendo aos mesmos os direitos que haviam perdido quando da promulgação dos atos institucionais (SKIDMORE, 1988:422-23).

O governo Figueiredo percebeu que, ao permitir somente a existência de dois partidos políticos (Arena e MDB), a oposição se tornava mais forte. Assim, decidiu que seria mais seguro dissolver o bipartidarismo e promover a criação de múltiplos partidos com elementos da oposição, mantendo as forças do governo em um único partido de novo nome e adquirindo, aos poucos, o apoio daqueles mais conservadores. Dessa maneira, no mês de novembro do mesmo ano, um projeto de lei com esse objetivo foi enviado ao Congresso e aprovado, efetivando a vontade do governo (SKIDMORE, 1988:427-28).

Os anos seguintes, 1980 e 1981, foram marcados por explosões. Donos de bancas de jornais eram ameaçados e impedidos de vender publicações de cunho

esquerdista, uma carta-bomba foi enviada à OAB, um carro explodiu no estacionamento do Riocentro, onde se realizava um espetáculo a favor das causas esquerdistas, o que demonstrou a inquietação dos militares da direita frente à abertura política do atual governo, uma vez que fortes indícios demonstravam o envolvimento dos militares nesse último atentado.

A reforma partidária do governo foi um ponto chave para as eleições de 1982. O governo, que defendeu algumas medidas ligeiramente populistas, procurava, dessa forma, fortalecer o PDS (Partido Democrático Social), que era a reformulação da antiga Arena. Entre tais medidas, podem ser mencionadas:

... alívio das restrições sobre aumentos salariais, envio de recursos políticos para candidatos aos governos estaduais leais a Figueiredo, adiamento de qualquer aumento das contribuições de empregados e empregadores para o sistema de seguridade social financeiramente cambaleante e, mais importante, atenuar a política recessiva que estava reduzindo a produção industrial e aumentando o desemprego (SKIDMORE, 1988:445).

Ainda segundo Skidmore, o adiamento que havia ocorrido para as eleições, de 1980 para 1982, obrigou os eleitores a votarem para todos os níveis, exceto o presidencial. A oposição conseguiu 59% do total dos votos populares, mas não conseguiu fazer maioria no Congresso ou no colégio eleitoral, que devia escolher o sucessor de Figueiredo. O governo havia perdido uma força considerável, levando-se em conta que se a oposição votasse unida podia vetar qualquer lei proposta pelo governo (1988:454).

O ano de 1984 representou o início das grandes manifestações a favor de uma política eleitoral amplamente aberta, que permitisse a participação de todos os brasileiros nas eleições presidenciais. No dia 25 de janeiro, houve um grande comício na Praça da Sé, em São Paulo, a favor de eleições diretas para presidente. O governo, insatisfeito com tais manifestações, obrigou as emissoras de rádio e televisão a não transmitirem tais atos públicos. No início, as emissoras acataram ao comando do governo, mas, depois de algum tempo, ao perceberem que estavam perdendo uma matéria jornalística importante, assim como um relevante evento político, passaram a transmitir na íntegra todos essas manifestações que reivindicavam uma efetiva abertura política. Nesse momento, foi criada para posterior votação uma emenda constitucional que permitiria as eleições diretas. Ela deveria ter dois terços dos votos da Câmara e do Senado para que pudesse ser efetivada. Em 25 de abril de 1984, a emenda foi derrotada na Câmara, pondo fim nas esperanças de uma eleição direta para presidente.

Como a eleição direta para presidente não aconteceria, a oposição promoveu uma campanha para eleição indireta de Tancredo Neves, um ex-deputado das décadas de 60 e 70 e senador de 1978 a 1982, ministro da Justiça (1953-54) no governo do presidente Getúlio Vargas, diretor do Banco do Brasil (1956-58) no governo Juscelino Kubitschek e primeiro-ministro durante o parlamentarismo. Em 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves e José Sarney como presidente e vice, respectivamente.

Tancredo Neves, que seria o primeiro presidente civil desde 1964, faleceu, nas vésperas de sua posse, em consequência de um grave problema de saúde. Assim, assumiu em seu lugar José Sarney, diante de uma população desiludida com

a morte da figura que encarnava os ideais democráticos do povo brasileiro (SKIDMORE, 1988: 491-93).

O governo Sarney, durante esse momento conturbado do país, adotou apenas algumas medidas importantes, como o fim da censura política, anistia aos dirigentes sindicais destituídos de seus postos desde 1964, criando o clima de uma Nova República mais livre e democrática. Posteriormente, focalizou seus esforços para lutar contra a inflação, que já atingia níveis altíssimos. Para tal, criou, através de um decreto-lei, em 28 de fevereiro de 1986, o que, talvez, tenha sido a principal característica de seu governo: o Plano Cruzado, onde a antiga moeda, o cruzeiro, foi substituída pelo cruzado; a indexação seria abolida; as hipotecas e aluguéis congelados por um ano, e os preços, por prazo indeterminado; e o salário mínimo seria reajustado pelo seu valor médio nos últimos seis meses, mais um abono de 8 por cento. O plano obteve apoio imediato do povo, transformando José Sarney e Funaro, ministro da Fazenda, em heróis nacionais (SKIDMORE, 1988:538-39).

Em junho de 1988, o Congresso aprovou 5 anos para José Sarney e marcou as primeiras eleições diretas para Presidente da República para 15 de novembro de 1989, quando Fernando Collor de Mello e Itamar Franco foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente.

CAPÍTULO 3

PROCESSOS DE MANIPULAÇÃO NA IMPRENSA E NA TRADUÇÃO

... a distorção da realidade pela manipulação da informação é deliberada, tem um significado e um propósito.

PERSEU ABRAMO

Neste capítulo, traçarei os principais aspectos que dizem respeito aos processos de manipulação, mais especificamente, nos campos da imprensa e da tradução.

3.1 A MANIPULAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A imprensa, sendo um dos meios de comunicação de massa, formadora de opiniões, desempenhou um papel fundamental durante o período ditatorial brasileiro. Vimos que perseguições a editoras, distribuidoras de livros, jornalistas e escritores, por exemplo, foram uma constante, o que ilustra o poder dos meios de comunicação sobre a sociedade.

Perseu Abramo (1988), que foi secretário nacional de formação política do PT (Partido dos Trabalhadores), em texto publicado na internet, argumenta que, de forma geral, a imprensa se refere a uma realidade irreal, que ela contradiz os fatos. Para ele, os responsáveis pelos meios de comunicação criam um mundo artificial para poderem exercer uma espécie de poder político sobre a sociedade. Ele compara a mídia a partidos políticos, no que concerne à sua estrutura e à sua ideologia. De acordo com seu ponto de vista, a imprensa manipula as informações, o que, por sua vez, se transforma em uma manipulação da realidade. Assim, ele distingue pelo menos cinco padrões de manipulação gerais para toda a imprensa. Seriam eles: a *ocultação*, a *fragmentação*, a *inversão*, a *indução* e o *padrão global ou específico do jornalismo de televisão e rádio*.

O *padrão de ocultação* seria aquele onde a imprensa separa os acontecimentos do cotidiano em *fatos jornalísticos* e *fatos não-jornalísticos*. É nesse processo que, segundo Abramo, a "ocultação" de fatos reais se faz presente, pois, à medida em que tal classificação é utilizada, fatos que na verdade eram para ser considerados relevantes são deixados de lado por serem *não-jornalísticos*. Assim, a notícia e a verdade são manipuladas, de tal maneira que os fatos são repassados de uma forma irreal, mascarada por detalhes que se perderam ou que intencionalmente foram incluídos.

O *padrão de fragmentação* é aquele no qual os fatos são particularizados, reconectados e revinculados de forma arbitrária, perdendo a conexão com a realidade e distorcendo a mensagem inicial. Ainda dentro desse padrão, segundo Abramo, existe a *seleção de aspectos*, que é semelhante ao *padrão de ocultação* e que funciona também como um elemento descontextualizador, que apagará o significado original do fato em questão.

O *padrão de inversão* é responsável pelo reordenamento das partes em que foi dividido o fato *jornalístico*. É através dele que ocorre a troca de lugares e de importância das partes. Esse padrão é dividido em quatro tipos: *inversão da relevância dos aspectos*, onde o que era considerado principal passa a ser secundário e vice-versa; *inversão da forma pelo conteúdo*, onde o texto passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz; *inversão da versão pelo fato*, onde as declarações da própria imprensa ou de outras fontes passam a ser apresentadas como o fato real. Dentro desse tipo de inversão temos o *frasismo*, que é o abuso da utilização de frases ou trechos de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade, podendo ser visto como a manipulação levada ao limite; e o

oficialismo, que é a escolha de uma determinada versão para ser chamada de oficial e, assim, adquirir a aceitação do público leitor. Essa versão escolhida seria a do próprio órgão de imprensa ou daquele cujo pensamento chegasse mais próximo ao dele. Por fim, temos a *inversão da opinião pela informação*, onde o órgão de comunicação passa a tratar a opinião como sendo a verdadeira informação, tornando aquela mais importante do que esta.

O quarto padrão é o da *indução*, responsável pela passividade da população perante uma realidade artificialmente inventada e o resultado de todos os mecanismos de manipulação. Através dele a população é induzida a acreditar em fatos que, muitas vezes, não fazem parte da verdadeira realidade e sim de uma realidade manipulada de acordo com interesses específicos.

E, por fim, o *padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio*, que tem por finalidade manipular as imagens e sons de forma que a informação seja transmitida de tal maneira que agrade as autoridades que estão interessadas nos efeitos que tais notícias surtirão no público.

Através dessa tipologia pode-se concluir, como Perseu Abramo mesmo aponta, que a imprensa, em geral, não reflete nem a realidade nem a opinião pública. Portanto, a população passa a consumir uma realidade artificialmente inventada, resultante da utilização dos mecanismos de manipulação apresentados.

3.1.1 O COMPLEXO IPÊS-IBAD NO PERÍODO PRÉ E PÓS-64

As informações, de forma geral, eram uma preocupação dos militares, que procuravam criar artifícios que tornassem eficaz a manipulação de idéias almejada por eles para, dessa forma, assumirem o poder. Para isso, eles buscavam de várias maneiras manipular toda e qualquer informação que chegasse ao Brasil antes de as mesmas chegarem ao alcance da opinião pública.

Dessa forma, durante o governo de João Goulart, os militares trabalhavam às escondidas de maneira que o povo brasileiro fosse gradualmente preparado para um golpe que, há algum tempo, eles já estavam planejado. Assim, os militares utilizavam o Ipês (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)¹, que funcionava desde 1962, como um dispositivo de investigação, planejamento e execução de tarefas anticomunistas. O Ipês era formado por civis (em sua grande maioria empresários de grandes empresas multinacionais, tecnocratas e tecno-empresários) e militares. Tinha como função divulgar notícias, promover aqueles que apoiavam a direita e perseguir simpatizantes da esquerda. Para tal, os militares reuniram intelectuais de renome, pagando-lhes direta ou indiretamente, para escreverem em artigos, ensaios e até livros em defesa da democracia. Entre esses intelectuais estavam Augusto Frederico Schmidt, Wilson Figueiredo, Rachel de Queiroz, Nélida Pigñon e José Rubem Fonseca, responsável pela autorização "do financiamento de documentários, selecionando cineastas e sugerindo roteiros" (CHIAVENATO, 1994:34) e pela seleção de livros para publicação.

¹ Apesar de muitos autores nos apresentarem o nome do instituto como somente uma sigla (IPES) aproveito aqui para manifestar o ponto de vista de Denise Assis em seu livro *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe*, onde ela argumenta que a sigla de tal instituto recebe um acento devido à alusão ao "Ipê, uma árvore, símbolo do país, resistente e que para florir perde as folhas" (2001:13)

O Ipês era um instituto muito bem estruturado, com subdivisões e profissionais gabaritados, possibilitando, dessa maneira, um considerável controle da imprensa. Uma das subdivisões do Ipês era o GPE (Grupo de Publicações / Editorial) que, embora já existisse há algum tempo, só foi formalizado em agosto de 1962. Esse grupo tinha como função escrever, traduzir, distribuir material impresso anticomunista, antitrabalhista e antipopulista, assim como traduzir e reimprimir livros, artigos e panfletos escolhidos. Através de sua Unidade Editorial, que era liderada por José Rubem Fonseca, o instituto "inseria comentários, debates e opiniões na imprensa, elaborava editoriais, divulgava notícias e artigos feitos de antemão por agências especializadas" (DREIFUSS, 1984:194). Aqui, vale ressaltar que o programa de traduções implementado por esse grupo era feito pelo Coronel Octavio Alves Velho que, além de ter sido um ativista ipesiano, foi diretor da Mesbla S.A. (DREIFUSS, 1984:194-5) e tradutor de obras como *Técnicas de Persuasão - Da Propaganda à Lavagem Cerebral*, de James A. C. Brown; *Métodos de Investigação Sociológica*, de Peter Mann; *Teorias de Comunicação de Massa*, de Melvin L. de Fleur e Sandra Ball-Rokeach, entre outras, demonstrando, assim, a integração dos militares com o meio empresarial e com o ofício da tradução. Enfim, o Ipês, através de sua subdivisão, o GPE, promovia todas e quaisquer publicações "que apresentassem conteúdo anticomunista e, de alguma forma, atingissem o governo Goulart" (CHIAVENATO, 1994:35).

Uma outra subdivisão do Ipês era o GAE (Grupo de Ação e de Estudo), sediado em São Paulo, que compreendia quatro setores, dentre eles o Departamento de Preparação Psicológica das Massas, que, por sua vez, compreendia as seguintes subseções: Imprensa, Rádio, Televisão, Propaganda

(cartazes, produção e distribuição de manifestos, folhetos e panfletos) e Organizações Femininas. Com toda essa estrutura organizada, o Ipês tinha controle sobre a maior parte do que circulava no país em termos de informações.

O Ipês agia juntamente com o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que funcionava mais como uma unidade tática, difundindo material ideológico anticomunista, reunindo políticos, artistas e intelectuais e financiando instituições, companhias e cidadãos que estivessem de acordo com sua política. Nesse contexto, o Ipês funcionava como o centro estratégico.

Em 1962, foi criado, em São Paulo, o FAS (Fundo de Ação Social) para receber dinheiro dos Estados Unidos, angariado pelo CLA (Council for Latin America / Conselho da América Latina). O governo norte-americano e seus empresários, que haviam percebido ser o Brasil um país de extrema importância na Guerra Fria contra a União Soviética, perceberam, nesse momento, que o país se encontrava em uma situação "explosiva", devido ao fato de ter por presidente um político que tendia mais para o lado comunista do que para o capitalista. Nesse mesmo ano, houve eleições que, conforme constatações posteriores, tiveram o envolvimento dos Estados Unidos, que enviou milhares de dólares para políticos defensores do capitalismo. Dentre esses milhares de dólares que entraram no Brasil, grande parte foi para o Ipês / IBAD, para que esses pudessem angariar os custos e a promoção de materiais para o conseqüente controle de idéias através da mídia.

O Ipês, que foi elemento importante na orquestração do golpe, passou a ser, durante o governo dos militares, uma espécie de:

... órgão intermediário para a elaboração de diretrizes políticas. Operava como um mediador entre o Estado, onde tinha seus homens-chave em cargos vitais, e os grandes interesses privados, dos quais seus ativistas eram figuras de destaque. Atuava como um fórum [sic] para as discussões de empresários, ministros e altos burocratas, com a função explícita de "promover contato íntimo" entre eles. (...) O Ipês também organizava seminários e cursos para a preparação ideológica não só de empresários e burocratas importantes, como também de militares influentes na formação de opinião e na tomada de decisões (DREIFUSS, 1984:449-50).

As relações do Ipês e do IBAD com editoras brasileiras são explicitadas por Dreifuss, no apêndice "B" de seu livro *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Nesse apêndice, ele apresenta as "ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do Ipês", das quais dou destaque somente às editoras. Na extensa lista fornecida pelo autor, extraí os seguintes nomes: Editora Licca S/A, Editora Expressão e Cultura - TASEC S/A, Editoras de Guias LTB, Editora Gazeta Mercantil, Editora Agir, Livraria e Editora Oscar Nicolai. No mesmo livro, mais precisamente no apêndice "H", há uma lista de contribuintes do Ipês, da qual eu extraí alguns nomes como: Editor de Guias LTB S/A, Agir Livraria e Editora (Artes Gráficas Indústrias Reunidas S/A. Agir, Importadora Gráfica Arthur Sievers, Editora Vecchi Ltda., Editora Globo, Editora Paula de Azevedo, Kosmos Editora e Editora Monterrey Ltda..

A relação do Ipês com as editoras foi enfatizada por Dreifuss ao alegar que o Ipês, procurando fazer com que os editores se interessassem pela publicação dos títulos, se responsabilizava por adquirir certa quantidade das edições caso as vendas não fossem bem sucedidas, evitando, assim, que as editoras tivessem receio quanto à publicação de tal obra, ao imaginar um possível prejuízo (1981:195). No

apêndice "N" de seu livro, Dreifuss reproduz uma carta de Garrido Torres, membro do Grupo de Estudos do Ipês para o Comitê Diretor do mesmo instituto, onde pode-se verificar tal afirmação.

Denise Assis, em seu livro *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962/1964)*, faz um levantamento de fatos e materiais que comprovam a influência do Ipês nos meios de comunicação e seu esforço em facilitar a tomada do poder pelos militares e em promover uma relevante política de apoio ao governo ditatorial. Segundo a autora, o Ipês, financiado por pessoas jurídicas e físicas, produzia filmes e livros que causavam um impacto positivo na visão do povo em relação ao novo governo. Os filmes eram de alta qualidade, produzidos por profissionais gabaritados e eram exibidos antes dos principais filmes no cinema, tendo um "impacto decisivo nas classes mais pobres e analfabetas" (ASSIS, 2001:25). Eram, em sua maioria, curta-metragens, que manipulavam imagens brasileiras e do exterior, com o intuito de degradar a imagem do comunismo e valorizar a dos militares e seu governo.

O Ipês, ao produzir filmes, panfletos e livros, procurou montar, segundo Denise Assis, um eficiente programa de propaganda para disseminar suas idéias. Entre os livros distribuídos, constavam *Continuismo e Comunismo*, de Glycon Paiva; *Como os Vermelhos Preparam uma Arruaça*, de Eugene Metherin; *As Defesas da Democracia*, de Gustavo Corção, e *1984*, de George Orwell (ASSIS, 2001:23), autor do livro cuja tradução para o português analisarei neste trabalho, levando em conta os processos de manipulação que condicionaram a sua publicação.

Domício da Gama de Carvalho, um ex-integrante da Marinha de Guerra, que pertencia, por indicação do General Goldbery do Couto e Silva, ao principal grupo de atuação do Ipês, o Grupo de Levantamento, ressalta, a existência, dentro do Ipês,

de um grupo chamado de "Grupo Econômico", que era o maior de todos e ao qual "cabia fazer a fachada, organizar os cursos, determinar que livros seriam editados e convocar para reuniões e palestras" (CARVALHO citado por ASSIS, 2001:42). Segundo ele, havia também o "Grupo de Opinião Pública, que cuidava da imagem do Ipês junto à mídia, da divulgação e da distribuição dos produtos editados: panfletos, livros e apostilas" (CARVALHO citado por ASSIS, 2001:42) e o Centro de Bibliotecnia, que era responsável pela divulgação e distribuição de livros de autores americanos. Dessa forma, percebemos que a manipulação de informações era feita de forma muito meticulosa e profissional. Tudo era selecionado de forma que não chegassem às mãos da população informações que pudessem pôr em risco os ideais e a autoridade dos militares e do governo norte-americano.

3.2 TRADUÇÃO, MANIPULAÇÃO E PATRONAGEM

"As traduções não somente projetam uma imagem da obra que é traduzida e, através dela, do mundo ao qual a obra pertence, mas também protegem seu próprio mundo contra imagens que são radicalmente muito diferentes, adaptando-as ou mascarando-as."

ANDRÉ LEFEVERE

Assim como Perseu Abramo destaca a manipulação e seus mecanismos na imprensa em geral e Denise Assis aponta para a manipulação no período ditatorial, mais especificamente nas áreas da propaganda e do cinema, vários estudiosos da tradução também chamam a atenção para tais procedimentos que são inerentes a todo processo de reescritura. Assim, podemos dizer que, a presença de tais

procedimentos visam a moldar o texto-fonte, de maneira que sua tradução atenda a necessidades estabelecidas.

Theo Hermans defende que, "do ponto de vista da literatura meta, toda tradução implica em um grau de manipulação do texto-fonte com um propósito específico" (HERMANS, 1985:11). Hermans, nesse mesmo ensaio, destaca o trabalho de André Lefevere, onde o estudioso faz uma integração dos estudos da tradução com os estudos dos vários tipos de "reescritura" e "refração" que modelam uma determinada cultura.

Lefevere, no ensaio "The system: patronage" (1992b), aponta para o fato de que a tradução, vista através do conceito de sistemas, inicialmente introduzido pelos formalistas russos e, posteriormente, desenvolvido por Itamar Evan-Zohar (1979), seria uma espécie de reescritura, de sobrevivência de muitos trabalhos literários consagrados anteriormente e que, devido ao trabalho dos tradutores, são resgatados e colocados novamente dentro do sistema literário por motivos ideológicos, poéticos, ou ainda por relações de poder, independentemente se os escritores aceitam ou não a ideologia dominante. Para ele, um fator importante para o resultado final de uma tradução seria o conceito de "patronagem", que seria algo como os poderes exercidos por indivíduos ou instituições que podem promover ou retardar a leitura, a escrita e a reescrita da literatura (1992:15). Segundo Lefevere, a patronagem, na maioria das vezes, está mais preocupada com a ideologia da literatura do que com sua poética. Assim, o patrocinador delega uma autoridade ao profissional, pois seu intuito é o de regular a relação entre o sistema literário e os outros sistemas que, juntos, formam uma sociedade, uma cultura. Dessa maneira, a tradução, se não regula a literatura em si, pelo menos "manipula" a sua distribuição

através de academias, agências de censura, revistas críticas e estabelecimentos de ensino, aproveitando o termo utilizado por Hermans e entrelaçando tais teorias (1992:15).

Lefevere, no ensaio "Prewrite" (1992a), alega que a tradução é o tipo de reescritura mais obviamente reconhecível e potencialmente mais influente, "por ser capaz de projetar a imagem de um autor e/ou uma (série de) obra(s) em outra cultura, erguendo tal autor e/ou tais obras além dos limites de sua cultura de origem" (1992a:9). Se, de acordo com tal teoria proposta por Lefevere, o tradutor trabalha com as preferências do seu patrocinador, ou seja, daquele que precisa de tal tradução para um fim específico, podemos dizer que o que ocorre é uma manipulação de um determinado texto, pois, à medida em que o tradutor desempenha sua função, ele acaba manipulando, modificando, excluindo ou até incluindo informações para que, no fim, o texto atenda às expectativas de seu patrocinador. Tal idéia é ressaltada por ele ao dizer que as traduções usurpam de alguma forma a autoridade dos textos-fontes. Aqui, chamo a atenção para o fato de que, em alguns momentos, quando o tradutor é um dos interessados na manipulação do texto-fonte, a sua figura acaba se misturando com a do patrocinador, transformando-se em uma só. Nesse sentido, vale a pena lembrar Monteiro Lobato, que, ao mesmo tempo em que traduzia, publicava, através de suas próprias editoras, essas traduções.²

Segundo Lefevere, existem três elementos que constituem a patronagem: o ideológico, que age como uma limitação na escolha e desenvolvimento tanto da forma quanto do assunto; o econômico, onde o patrocinador cuida para que

² Um trabalho sobre Monteiro Lobato, o tradutor, está sendo desenvolvido pela aluna Denise Rezende Mendes, do curso de Bacharelado em Letras - Ênfase em Tradução/Inglês da Universidade Federal de Juiz de Fora.

escritores e reescritores possam sobreviver, dando a eles uma remuneração ou designando-os para algum ofício; e o de status, onde a aceitação da patronagem implica na integração a um certo grupo de apoio e a seu estilo de vida. Para ele, existem dois tipos de patronagem: a diferenciada e a não-diferenciada, sendo que o sistema literário pode ser controlado por ambos os tipos. A diferenciada, segundo ele, é aquela em que o sucesso econômico está relativamente separado dos fatores ideológicos e não necessariamente envolve status, ao passo que, a não-diferenciada é aquela que envolve os três elementos: o ideológico, o econômico e o de status em um único e mesmo patrocinador e ocorre quando os esforços desse estão primeiramente relacionados à preservação da estabilidade do sistema social com um todo, pois seu poder está baseado na estabilidade de tal sistema. Lefevere ressalta ainda que a patronagem não-diferenciada não precisa ser baseada principalmente na ideologia, como acontecia no passado, mas o componente econômico, visando o lucro, pode ser, da mesma maneira, um fator determinante em um sistema com patronagem relativamente *não-diferenciada* (1992:16-17). O estudioso chama a atenção para o fato de que, em sistemas com patronagem diferenciada, o resultado é a crescente fragmentação do público leitor em vários subgrupos, ao passo que, em sistemas com patronagem não-diferenciada, as expectativas dos leitores são mais restritas em escopo e a interpretação "correta" de várias obras tende a ser enfatizada por meio de vários tipos de reescritura (1992:19).

No capítulo 4 de *Translating literature: practice and theory in a comparative literature context* (1992c), Lefevere ressalta ser uma das funções da tradução a preservação da auto-imagem da cultura-meta. As traduções, segundo ele, podem ter, também, o propósito de protegerem seu mundo contra imagens que são

radicalmente diferentes, adaptando-as ou mascarando-as (1992:125). Lefevere também faz alusão à importância das traduções na transformação da cultura-meta, ao dizer que os produtos importados tendem a possuir uma certa imunidade dentro de tal cultura, pois estão situados na linha divisória entre o 'nativo' (e, portanto, sujeitos à fúria total da poética dominante) e o 'estrangeiro' (e, portanto, relativamente isento das regras da poética dominante). Esse status ambíguo, segundo ele, permite a tradução embarcar, através da infiltração, em um caminho de subversão (1992:129). Lefevere ressalta ainda que "um destino bom ou mal pode acontecer a uma tradução como resultado do entendimento ou do mau entendimento do universo do discurso do original" (1992:127).

Perseu Abramo, além de traçar uma comparação entre a mídia e os partidos políticos, como apresentado no subcapítulo 3.1, defende a idéia de que existe um fator econômico na manipulação da informação pela imprensa em geral. Segundo ele, existem duas explicações para o fato de os empresários da comunicação manipularem e modificarem a realidade. A primeira razão estaria concentrada na figura do anunciante privado ou estatal, onde o mesmo, por imposição, direta ou indireta, obriga o empresário a manipular e distorcer as informações. A segunda razão estaria na ambição de lucro do próprio empresário, onde ele distorce e manipula para agradar seus consumidores, e, dessa forma, vender mais material de comunicação, aumentando seus lucros (ABRAMO, 1988). Dessa maneira, podemos perceber que a manipulação na grande imprensa, de acordo com os conceitos defendidos por Abramo, seria fruto de três elementos: do ideológico, levando-se em conta que a imprensa se assemelha aos partidos políticos; do econômico, pois os empresários da comunicação têm ambição de lucro, e do status, uma vez que, ao

almejar o lucro dentro do sistema econômico, os empresários procuram adquirir um status elevado dentro da sociedade na qual estão inseridos. Sendo assim, podemos entrelaçar a tipologia de manipulação de Abramo com os conceitos de patronagem diferenciada e não-diferenciada, proposto por Lefevere. Uma vez que Abramo defende a idéia de que a manipulação na grande imprensa se faz motivada por aspectos econômicos, políticos e de status, podemos defini-la, dentro dos conceitos de Lefevere, como uma patronagem não-diferenciada.

A partir dessa mesma visão da tradução como uma reescritura, um procedimento de transformação/manipulação do original, surgiram teorias como a dos irmãos Augusto de Campos e Haroldo de Campos. Else Vieira, em *Fragmentos de uma história de travessias: tradução e (re)criação na pós-modernidade brasileira e hispano-americana* (1996), relata que Augusto de Campos, em seu livro *Verso, Reverso, Controverso* (1978), diz que a sua maneira de amar os textos originais é traduzi-los, ou degluti-los, segundo a Lei Antropofágica de Oswald de Andrade. Assim, para Augusto de Campos, traduzir se tornava um processo de absorção e transformação à luz do Movimento Antropofágico dos anos 20 (VIEIRA, 1996:72). A tradução, então, passa a ser vista como um diálogo entre várias vozes textuais, uma transtextualização, desmistificadora da ideologia da fidelidade. Ela passa a representar uma leitura da tradição universal e do acervo local, pois, segundo Haroldo de Campos, "se o tradutor não tiver à sua disposição um estoque da melhor poesia de sua época, ele não pode remodelar sincrônica e diacronicamente a melhor poesia do passado" (CAMPOS citado por VIEIRA, 1996:77).

Segundo Else Vieira, a atividade tradutória seria uma transformação, uma transação através da qual uma terceira dimensão emergiria da relação dinâmica

entre original e tradução (1995:43). Tal pensamento ressoa posturas como a de Jorge Luis Borges, que via a tradução não mais como subserviente ao original, mas sim como uma criação autônoma, e a de Silviano Santiago, para quem a tradução, como uma leitura de tradições, realiza-se no contexto latino-americano pós-colonialista sob a égide da metáfora da deglutinação encontrada no pensamento antropofágico de Oswald de Andrade.

Oswald de Andrade que, em sua obra *Manifesto Antropófago*, devora Shakespeare na expressão "tupi or not tupi", tinha como princípio a necessidade de devorar a cultura européia, "utilizando os aspectos positivos, rejeitando os negativos e criando uma cultura nacional original que seria uma fonte de expressão artística, ao invés de um receptáculo de formas de expressão cultural elaboradas em outros lugares" (JOHNSON citado por VIEIRA, 1992:23). Dessa maneira, o original continuaria sua vida em um outro corpo e permitiria que esse outro corpo, essa outra cultura, se desenvolvesse através de tal ato antropofágico. De acordo com Jacques Derrida, seria a sobrevivência das obras no sentido de existência continuada onde o original seria o primeiro devedor, o primeiro suplicante, pois por ser incompleto, pediria a tradução. Derrida ainda defende que "cada língua fica meio que atrofiada no seu isolamento, desencarnada, paralisada no seu crescimento, doentia" e que, graças à tradução, o crescimento das línguas é assegurado, pois "uma língua doa a uma outra o que lhe falta" de maneira harmoniosa (DERRIDA citado por VIEIRA, 1992:32).

Os pensamentos que colocam a tradução como uma forma de manipulação do texto original, reflexos de teorias tais como as de Walter Benjamim e Jacques Derrida, enfatizam a idéia da tradução como uma forma de fazer com que o original

se desenvolva, se perpetue em uma outra cultura. A tradução seria como uma redenção do original (OLIVEIRA, 2000), onde esse, que se encontrava em um estado latente em seu contexto, retoma a sua atividade através do trabalho do tradutor em outro tempo, em outro espaço, caracterizados por diferenças de várias ordens. Dessa maneira, o ato tradutório passa a se caracterizar como uma via bidirecional, onde original e tradução se complementam e propiciam o crescimento de ambas as línguas e respectivas culturas e acabam desmistificando a antiga ideologia da fidelidade da tradução.

3.2.1 O CONCEITO DE INTERPRETANTE

Nesse subcapítulo, apresento o conceito de interpretante, que se destaca pela importância na formação do pensamento do leitor quando da leitura de uma obra, tornando-se uma das peças fundamentais em meu trabalho. O conceito de interpretante surgiu a partir da formulação da teoria dos signos. Segundo Else Vieira, existem várias definições para o termo "interpretante", tais como: "o sentido do signo", "o elemento responsável pela significação", "um signo que interpreta outros signos", "o significado de um signo", "um signo que interpreta o primeiro", "não é nem o que interpreta nem o ato de interpretação, mas o conteúdo objetivo de uma interpretação" (VIEIRA, 1992:72). O denominador comum, segundo ela, estaria no fato de que o interpretante é o elemento responsável pela significação.

De acordo com Charles S. Peirce, "a vida, o vigor e a energia não estão no signo, mas no processo de substituição. Há algo encoberto no signo, algo que só se

desvela no processo de substituição, em si um processo de nutrimento, do qual emana toda a vida e a energia criativa" (PEIRCE citado por VIEIRA, 1992:71). Para ele, o interpretante seria a "significação" ou "interpretação" de um signo. (PEIRCE citado por VIEIRA, 1992:73). Assim, sua característica essencial seria, de acordo com James Jacob Lszka em sua obra sobre o interpretante de Peirce, a de "tornar o signo mais determinado e inseri-lo no contexto de outros signos de tal forma a gerar mais informação sobre o objeto representado, desenvolvendo ou salientando qualquer significado que ele possa ter" (LISZKA citado por VIEIRA, 1992:74).

Vieira apresenta em sua tese um trecho de uma correspondência de Peirce com Lady Welby para iluminar tal conceito:

O signo cria algo na Mente do Intérprete, algo que, pelo fato de ser assim criado pelo Signo, também foi, de um modo imediato e relativo, criado pelo Objeto do Signo, embora o Objeto seja essencialmente outro que não o Signo. E esta criação do signo é chamada de Interpretante. É criado pelo Signo, mas não pelo Signo qua membro de quaisquer dos Universos a que pertence: foi criado pelo Signo em sua capacidade de suportar a determinação pelo Objeto (PEIRCE citado por VIEIRA, 1992:79).

Vieira, pautando-se em Hanna Buczynska-Garewicz, diz que "o signo representa o objeto mas é desprovido de significado, a menos que um interpretante revele, interprete esse significado. Assim sendo, o interpretante é um signo futuro, algo que é um signo somente sob a perspectiva do futuro" (BUCZYNSKA-GAREWICZ citado por VIEIRA, 1992:81-2). Por outro lado, Wojciech Kalaga, segundo Vieira, em contribuição ao conceito de interpretante, defende que, "em

linhas gerais, esse conceito pode ser útil à análise dos processos de percepção literária e dos efeitos exercidos por uma obra sobre a mente e emoções do leitor" (KALAGA citado por VIEIRA, 1992:75), o que segundo ela, oferece a tal conceito dimensões cognitivas e pragmáticas (VIEIRA, 1992:75).

Algumas das tarefas do interpretante, segundo Vieira, seriam a de "dar existência ao signo", que, por sua vez, "só será signo se for traduzido por outro signo interpretante"; "acolher o objeto passado, mas fazer com que o futuro seja maior que o passado por acolher novas interpretações" e "ser um elo entre o sistema semiótico e o universo dos usuários do signo, simultaneamente determinando a ação dos usuários do signo e incorporando as vozes dos usuários desse signo" (1992:86). Assim, para ela, "traduzir é criar signos interpretantes, [...] criar objetos originários, [...] uma forma de preenchimento e esvaziamento, [...] perda e ganho" (1992:87). A tradução seria "todo signo que se cria a partir de um texto-objeto" (1992:91). Em resumo, segundo Vieira, o interpretante pode ser visto como o significado, a interpretação do signo, o "produtor de efeitos sobre os usuários do signo"(1992:75), "um signo que gera outros signos ad infinitum" (1992:92).

3.2.2 A TRADUÇÃO E SEUS PARATEXTOS

Nesse momento, apresento a teoria dos paratextos a partir da visão de Else Vieira em sua tese de doutoramento (1992) e conceitos de Ângelo Domingos Salvador, em seu livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica* (1986) para apresentar, de forma suplementar, os paratextos relevantes nesse trabalho.

Vieira, em sua tese, ressaltando a sua focalização na macro-estrutura das obras, ou seja, na cultura em sua dimensão histórica e política, toma, dessa maneira, os paratextos como referentes contextuais e iniciais da obra a que se pretende analisar, alegando que:

... dentro da organização espacial do livro traduzido, o espaço liminar, duplamente intitulado, assinado, datado, localizado e editado, configura um entre-lugar entre dois sistemas lingüísticos, dois regimes de autoridade/autoria, duas cronologias, dois mundos e dois sistemas de propriedade caracterizando, assim, um espaço de transição que permite a passagem de um regime ontológico a outro (VIEIRA, 1992:147).

Segundo Vieira, o texto, ao sofrer um processo de mudança de código lingüístico, de forma que o mesmo transmita sua mensagem para o contexto de recepção, pode ser chamado, tomando de empréstimo o termo de Gilles Deleuze e Felix Guatari, de um processo de "desterritorialização", onde o traduzir enfatiza o componente político do deslocamento, por sua associação com a literatura menor (1992: 149).

O editor da cultura receptora, como ressaltava Vieira, pautando-se em Lefevere, seria uma espécie de controlador do sistema literário, o detentor da propriedade do livro e determinante de sua existência continuada, decidindo o que se traduz, comissionando a tradução e regulando a distribuição da obra. Enfim, o editor passa a controlar tudo que refrata a obra, levando-se em conta que "refratar" significa imprimir uma direção diferente e que "refratação" foi o primeiro termo utilizado por Lefevere para se referir à reescritura. Dessa maneira, se por um lado, o

editor controla a tradução, se caracterizando como um agente de continuidade na cultura receptora, por outro, ele colocará um certo viés a essa cultura (1992:149).

Vieira, novamente valendo-se de conceitos defendidos por Lefevere, aponta para o fato de que essas reescrituras, que têm a intenção de influenciar a forma como o público lê a obra, constituem uma característica presente na tradução, crítica, historiografia, ensino, antologias, etc.. A canonização de uma obra estrangeira é atingida e mantida em um novo sistema quando ocorre uma combinação da respectiva tradução e suas reescrituras críticas, assim como introduções, notas, comentários e artigos sobre ela, além das reescrituras no meio educacional (1992:133).

3.2.2.1 CAPA

A ausência do nome do tradutor na capa do livro é, segundo Vieira, a práxis e a sua presença será muito significativa, por delimitar ou tornar notável um espaço anteriormente considerado marginal. Ela ainda ressalta que os irmãos Campos, tomando uma atitude mais radical, fazem desaparecer o nome do autor dando lugar ao do tradutor em um gesto parricida (VIEIRA, 1992:150).

Com a finalidade de analisar as capas de traduções de *Animal Farm* feitas no Brasil, em Portugal e no Chile, Liliam M. R. Silva, pautada na teoria dos paratextos feita por Vieira (1992), apresenta, em sua dissertação de mestrado (2000), a teoria do valor informativo das imagens abordada no livro *Reading images: the grammar of visual design*, de Kress e Leeuwen, dizendo que temos que levar em

consideração que os valores informativos possuem elementos de informação da esquerda e direita; da parte superior e da parte inferior; do centro e margem. Os elementos à esquerda seriam os "dados" e os situados à direita, "novos" (2000:34). Segundo os autores, um elemento colocado na parte superior seria apontado como "ideal" e o da parte inferior como "real". Um elemento colocado no meio da capa seria o "centro" e aqueles em torno do mesmo seriam tomados como "marginais". Assim, o elemento central seria o núcleo da informação e os outros, subservientes, dependentes (2000:34).

Segundo Silva, Kress e Leeuwen apontam ainda para o fato de que a composição de uma figura ou página envolve diferentes graus de saliência entre os elementos, selecionando alguns como mais importantes e merecedores de mais atenção que outros. Essa saliência é o resultado de complexo interacional de fatores como: medida, formato do foco, contraste tonal como, por exemplo, bordas entre branco e preto têm mais saliência; contrastes entre cores fortemente saturadas e "leves"; posição no campo visual, onde os elementos se tornam mais significativos à medida que são colocados próximo ao topo e à esquerda; perspectiva, onde os elementos que aparecem mais à frente são os mais salientes; fatores culturais específicos, como uma suástica, uma pomba, entre outros, que podem ser um forte símbolo cultural (2000:35-6).

3.2.2.2 ORELHAS

Segundo Salvador, nas orelhas encontramos "quase sempre uma síntese do conteúdo do livro, feita pelo autor, editor ou outra pessoa. Serve, inclusive de propaganda" (1986:140). Else Vieira, por sua vez, alega que a orelha ou contra-capá do livro é geralmente o espaço editorial onde "o editor da cultura receptora, na qualidade de primeiro a tomar a palavra, se dirige ao novo público receptor, criando, desta forma, os primeiros interpretantes, por ordem de exponibilidade, que direcionarão a futura leitura da obra" (1992:162). Segundo ela, "o objeto do discurso do editor é geralmente a gênese e a vida da obra original anteriormente à tradução, ou seja, tudo o que antecedeu ao momento da tradução: por outro lado, o seu destinatário é o público da tradução que se torna espectador da sobrevivência da obra" (1992:162).

3.2.2.3 APRESENTAÇÃO

Segundo Salvador, a apresentação seria aquele texto onde existem "comentários laudatórios ou apreciativos", podendo ser feitos por iniciativa do autor, que, nesse caso, convida um amigo ou pessoa renomada para escrevê-la, ou por iniciativa dos editores. Salvador ainda ressalta que quando é o autor que apresenta seu trabalho, "o mais das vezes utiliza-se para isto do prefácio e da introdução" (1986:140).

3.2.2.4 ANTE-ROSTO

O ante-rostro da obra, sendo um dos paratextos, é definido como sendo a primeira página impressa, que contém apenas algumas linhas, nas quais se encontra, geralmente, o título do livro. Sendo o "único elemento numa página, o título do livro é investido de grande autoridade -- ele reina supremo" (VIEIRA, 1992:151).

3.2.2.5 FOLHA DE ROSTO

A folha de rosto seria a segunda página impressa, aquela onde encontramos as mesmas informações contidas na capa (nome do livro, autor, editora) e mais a explicitação do local de publicação. Essa explicitação seria o ponto culminante do processo de desterritorialização. Assim, a presença ou ausência do nome do tradutor, como mencionado anteriormente, seria uma amostra do status do tradutor na cultura receptora e em relação ao autor originário (VIEIRA, 1992:151).

3.2.2.6 VERSO DA FOLHA DE ROSTO

O verso da folha de rosto delimita e contrapõe dois campos: um deles é aquele onde encontramos o título, o nome da editora, a data e o local de publicação do original; o outro seria aquele onde encontramos dados sobre a equipe editorial,

revisores, catalogação (título da tradução, a assinatura do tradutor contraposta à do autor, local de publicação, editora e data) e sobre os direitos da tradução. Esse verso seria o entre-lugar do paratexto das traduções (VIEIRA, 1992:152-153).

O verso da folha de rosto levanta as questões do status relativo das duas editoras, que público elas visam atingir, qual a imagem projetada pelas editoras através dos seus programas editoriais, etc. (VIEIRA, 1992:154). A tradução pode ainda vir com agradecimentos do autor, o que, segundo Vieira, seria uma forma de criar uma auto-imagem positiva do tradutor (VIEIRA, 1992:156).

3.2.2.7 PREFÁCIO

A existência de um prefácio sugere uma leitura do passado, produzindo futuros interpretantes que nortearão a leitura feita pelos futuros receptores da tradução. Com relação ao original, quando o prefácio vier escrito por uma pessoa que não o autor, esse será chamado de *alográfico*, na terminologia de G. Sevils Genette, ou *heterográfico*, na terminologia de Geneviève Idt (VIEIRA, 1992:159). Caso ele venha escrito pelo próprio autor, ele será considerado *autoral*. Idt sugere que a metalinguagem presente "nos prefácios *heterográficos*, ou seja, que visa apresentar e introduzir um autor estrangeiro em um contexto diverso do seu e a um público para o qual a obra não foi destinada", possui um caráter político (IDT citado por VIEIRA, 1992:160).

O prefácio seria uma tomada de autoridade, uma vez que, apresentado antes do texto propriamente dito, acaba por anteceder a palavra do autor, quando no

caso de um prefácio *heterográfico*. Daí, a afirmação de que o prefácio norteia a leitura da obra através do surgimento de interpretantes quando de sua leitura (VIEIRA, 1992:161). Além da formação de interpretantes, o prefácio torna o autor conhecido do leitor antes mesmo de aquele ter sido lido e aumenta a notoriedade do tradutor e do editor (VIEIRA, 1992:161).

Os editores e tradutores, ao utilizarem o autor e sua obra como objeto de seu discurso, acabam se tornando, assim como a própria obra, agentes da existência continuada da mesma. (VIEIRA, 1992;162). Em termos de exponibilidade, diz-se que o editor se destaca, pois o espaço editorial, estando situado na orelha ou contra-capa do livro, ou seja, antes do prefácio, faz com que os leitores entrem em contato, primeiramente, com os interpretantes do editor para, em seguida, terem um contato com os do tradutor (VIEIRA, 1992:162). Vieira dá destaque ao prefácio, pois é ele que leva ao novo público as razões para a publicação de determinada obra, de determinado autor, lembrando as técnicas reminiscentes do discurso publicitário que visam a convencer o leitor potencial a continuar a leitura de tal obra (1992:162). Ela alega ainda que o prefácio, sendo *heterográfico* e escrito por um tradutor de destaque no momento histórico da tradução, tanto como tradutor como autor, trará para a obra um valor de destaque (1992:163).

Em relação ao discurso do editor, ela alega que ele é, geralmente, sucinto e tendente ao uso de hipérboles e superlativos, passando a palavra ao tradutor que, por sua vez, possui um discurso que se aproxima do didático e, não sendo o sujeito da enunciação, acaba por priorizar a exposição de fatos e a transmissão de dados sobre o autor, seu contexto de recepção e seu lugar na literatura mundial, além de discorrer sobre a obra, sua gênese, repercussão, temática, estilo, etc. (1992:163).

Segundo Vieira, uma boa apresentação da obra, criará interpretantes que propiciarão, obviamente, uma boa leitura da mesma por parte do público-alvo (1992:163).

O teor didático do discurso do tradutor demonstra, segundo Vieira, uma prática discursiva neutra e impessoal, não se constituindo ele como um sujeito da enunciação, o que pode se explicar também pela permanência, mesmo que residual, da convenção do apagamento do tradutor (VIEIRA, 1992:164).

CAPÍTULO 4

A TRADUÇÃO DE *ANIMAL FARM*

... o livro [...] morre para a cultura originária e inicia sua existência continuada em outra cultura. É nessa zona perigosa de passagem que se situa o tradutor, jogando com a vida e a morte não só de sua identidade mas também do livro, cuja existência continuada passa a reger.

ELSE VIEIRA

À luz dos conceitos de Perseu Abramo, André Lefevere, Theo Hermans, Mary Snell-Hornby, Else Vieira, entre outros, apresentados nos capítulos anteriores, procurarei analisar não somente os paratextos da tradução, mas também extratos da tradução de *Animal Farm* em sua edição de 1971.

Silva, em sua dissertação de mestrado (2000), com o intuito de demonstrar os respectivos graus de politização de cada tradução/recriação dentro dos contextos históricos das sociedades brasileira, portuguesa e chilena, analisa a capa, os nomes próprios e os topônimos do original em inglês (edição de 1982), da tradução brasileira (edição de 1964), portuguesa (1980) e chilena (1986) de *Animal Farm*, além da obra *Fazenda Modelo* (1974), de Chico Buarque, que, segundo ela, trata-se de uma recriação de *Animal Farm* no período da ditadura brasileira. Além da capa da edição brasileira de 1964, Silva também analisa as capas das reedições de 1977, 1981, 1987 e 1999 para explicitar mais o grau de politização decrescente nessas reedições, à medida em que se distanciavam do regime militar. O presente trabalho terá como principal objetivo identificar e analisar alguns dos processos de manipulação envolvidos na tradução de *Animal Farm* para o contexto brasileiro durante a ditadura militar iniciada em 1964.

4.1 ANIMAL FARM E O SEU AUTOR

Eric Blair, pseudônimo George Orwell, autor de *Animal Farm*, nasceu no nordeste da Índia, em Bengala, o centro do Império Britânico nesse país, em 1903. Mudou-se com a família para a Inglaterra, em 1907. Em 1917, entrou para Eton,

onde contribuía regularmente com as várias revistas da escola. Em 1921, a deixou e, no ano seguinte entrou para a Polícia Imperial Britânica, onde serviu até 1928. Durante o ano de 1928, Orwell, morando em Paris, publicou seu primeiro artigo no *Le Monde* e, no ano seguinte, mudou-se novamente para a Inglaterra, começando a trabalhar como professor particular e, mais tarde, em 1932, como professor em escolas.

Em 1932, Orwell publicou *Down and Out in Paris and London (Na Pior em Londres e em Paris)* e, devido à saúde já debilitada, parou de lecionar, conseguiu um emprego de meio-expediente como assistente em uma livraria no bairro londrino de Hampstead, e, mais tarde, passou a fazer seu sustento a partir de revisões de romances para a *New English Weekly*, onde permaneceu até 1940. Durante essa época, mais precisamente em 1936, Orwell foi para a Espanha para lutar na Guerra Civil (1936-39) contra o fascismo.

Durante a 2ª. Guerra Mundial, Orwell se tornou um membro da Home Guard (exército voluntário britânico organizado para a defesa em 1940) e trabalhou para a BBC, de 1940 a 1943. Como editor literário do *Tribune*, ele contribuiu com uma página regular de comentários políticos e literários. A partir de 1945, Orwell se tornou correspondente de guerra do *Observer* e, posteriormente, um contribuinte regular para o *Manchester Evening News*. Orwell, sofrendo de tuberculose, após várias entradas e saídas de hospitais, desde 1947, faleceu em 1950, aos 46 anos de idade.

Segundo Timothy Garton Ash (2001), três fatos transformaram a maneira de pensar de Orwell. O primeiro foi o fato de ter sido um policial imperial britânico durante cinco anos de formação na Birmânia, sendo funcionário de um regime

opressor. Isso contribuiu para que ele adquirisse ódio ao imperialismo e uma profunda percepção da psicologia do opressor. O segundo fato foi o de ter vivido na pobreza durante os anos em que esteve na Inglaterra e em Paris, conhecendo a falta de liberdade como consequência de tal situação. E, por fim, o terceiro fato estaria na sua atuação na Guerra Civil Espanhola, onde adquiriu um sentimento de indignação contra o fascismo. Ele e seus camaradas das milícias marxistas heterodoxas do Partido Operário de Unificação Marxista foram perseguidos pelas ruas de Barcelona pelos comunistas, que acreditavam serem seus aliados. A partir daí, tudo o que escreveu passou a ter uma intenção política, tendo como dois importantes alvos de crítica o fascismo e o imperialismo.

A obra *Animal Farm*, publicada no Reino Unido em 1945 e nos Estados Unidos em 1946, se tornou um grande acontecimento literário, como aponta Ash. O livro conta a história de uma fazenda com dezenas de animais que, descontentes com a situação a que eram submetidos pelos seus donos, os homens, decidiram expulsá-los e assumirem o destino da mesma, transformando-a em uma fazenda onde todos os animais seriam tratados como iguais, não havendo distinção entre espécies e raças. Passado algum tempo, os porcos, que se destacavam pela inteligência, passaram a ditar suas próprias regras, fazendo com que os outros animais se submetessem às suas ordens, sem que pudessem se manifestar contrariamente a eles. Assim, pouco a pouco, a fazenda se tornou um lugar tomado por um governo mais tirânico do que aquele anteriormente praticado pelos homens.

Essa pequena fábula, como sugere o subtítulo escolhido por Orwell, era, segundo Ash, uma alegoria da Revolução Russa de 1917 e da subversão de seus ideais por Stálin. Em *Animal Farm*, Orwell buscou retratar toda a farsa existente nos

discursos de governantes totalitaristas e, segundo Ash, "a desonestidade intelectual daqueles que no Ocidente apoiavam ou perdoavam o comunismo stalinista, mais ainda quando a União Soviética se transformou durante a Segunda Guerra em aliado do Ocidente contra Hitler".

Else Vieira, em *Decentred Signs: English Literature and Brazilian Popular Music* (1995), lança mão de um breve resumo de Edward Thomas para apresentar o enredo de *Animal Farm* e chama a atenção para uma passagem na qual ele ressalta que, na referida obra, e também em *1984*, percebe-se que Orwell retratava o capitalismo como sendo substituído não por um socialismo democrático, mas por um estado ditatorial, mais tirânico do que qualquer outro (1995:45). Vieira, citando Thomas, diz que Orwell alegava que o socialismo na Inglaterra não estava mais ligado a um ideal revolucionário e interessado na derrubada de tiranos, mas sim apresentava uma certa excentricidade, uma devoção à máquina e um estúpido culto à Rússia (VIEIRA, 1995:44).

4.2 ANIMAL FARM NO CONTEXTO BRASILEIRO

Em 1964, chegou ao Brasil, subsidiado pelo Ipês, o livro *Animal Farm*, com o título de *A Revolução dos Bichos*. O Ipês, procurando divulgar todo e qualquer tipo de material que pudesse ser considerado propaganda anticomunista, vendo em *Animal Farm* um bom exemplo, decidiu traduzi-lo. Com base nessa informação, afirmo que *A Revolução dos Bichos* teve como patrocinador o Ipês, segundo o conceito de patronagem defendido por Lefevere.

O tradutor da obra foi o Tenente Heitor Ferreira de Aquino que a assinou apenas como Heitor Ferreira. O tenente era homem de confiança do chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, que, nos idos de 1964, havia sido o criador do SNI (Sistema Nacional de Informação), além de ter sido um dos membros do Ipês. Tal fato demonstra que o mesmo tinha intenções políticas ao traduzir a obra de Orwell, explicitado em um trecho de uma carta que ele enviou à Sônia Seganfredo, em 25 de outubro de 1962, e que se encontra reproduzida no apêndice "O" do livro de Dreifuss (ANEXO A), na qual o mesmo informa que o Ipês estava imprimindo e encaminhando para editores amigos várias obras de grande valor como propaganda anticomunista, sendo uma delas *Animal Farm*. O notável é que Heitor Ferreira funcionava como tradutor e ao mesmo tempo como patrocinador da tradução, pois sendo um membro do Ipês, era, conseqüentemente, um dos idealizadores da empreitada de traduzir tal obra, como apontado pela carta acima mencionada.

Uma das muitas editoras que tiveram papel fundamental na atuação do Ipês foi a Editora Globo. Tal afirmação está pautada no livro *A Globo da Rua da Praia*, de José Otavio Bertaso, onde o autor faz um longo relato das publicações feitas pela Editora Globo nas décadas de 50, 60 e 70, mencionando *A Revolução dos Bichos* (BERTASO, 1993:161), e no apêndice "L" do livro de Dreifuss, onde há uma nota dizendo que o General Herrera, pertencente ao grupo da ESG dentro do Ipês, em setembro de 1964, comunicou-se em Porto Alegre com Henrique Bertaso, pai de José Otavio Bertaso, para obter 1.000 cópias a 200 cruzeiros cada da Livraria O Globo, as quais seriam distribuídas gratuitamente (DREIFUSS, 1981:654).

4.3 ANÁLISE DOS PARATEXTOS

A capa, o ante-rostho, a folha de rosto, o verso da folha de rosto, o prefácio e as orelhas são considerados os paratextos de uma obra. A partir da visão semiótica de Else Vieira em relação aos mesmos e da gramática das imagens proposta por Kress e Leeuwen, apresentada por Liliam Silva, procurarei traçar, nesse momento, os principais aspectos na tradução no que dizem respeito à manipulação da informação, seja ela textual ou visual. Esses paratextos podem ser encontrados na seção de anexos desta monografia, na ordem em que serão discutidos a seguir.

4.3.1 CAPA

O livro traduzido que tenho em mãos é um exemplar da 2ª edição, de 1971, onde temos o desenho de um porco com tracejados fortes e irregulares, de contorno preto e olhos roxos, dentes pontiagudos, apontando para frente, em uma espécie de gesto autoritário e como que a dar ordens a três outros animais, que se assemelham a cachorros e que aparecem em segundo plano se comparado ao porco anteriormente referido. Um desses três cachorros é da mesma cor que os olhos do porco, roxo, e os demais de um tom verde-oliva. Os quatro animais demonstram um sentimento de raiva e fúria em suas fisionomias. O desenho do porco apresenta, nos moldes de Kress e Leeuwen, uma elevada saliência, remetendo o leitor ao chefe, ao patrão, cruel, desumano, intratável e sujo, como sugere a fusão de todos os elementos presentes na capa da referida tradução. A cor verde-oliva de dois dos três

cachorros que parecem estar seguindo ordens do porco, se assemelha à cor da farda dos militares. Aqui, vale ressaltar que os cachorros, no enredo de *Animal Farm*, têm como função fazer com que as decisões tomadas por Napoleão, o porco que se tornou uma espécie de chefe dos animais da granja, fossem acatadas por todos os animais, servindo como uma arma opressora para aqueles que esboçavam qualquer ato de rebeldia contra os porcos. À época da ditadura militar, os militares utilizavam cachorros em operações contra o movimento estudantil em suas manifestações pelas ruas de várias cidades brasileiras. Nos capítulos anteriores, vimos que, onde quer que surgisse qualquer ato que representasse, aos olhos dos militares, uma ameaça ao regime ditatorial, lá estavam eles para abafar prontamente aqueles que tentavam insurgir contra eles. Assim, pode-se dizer que a capa dessa 2ª. edição possui um elevado grau de manipulação de idéias, uma saliência relevante em termos informativos políticos.

Ao fundo da ilustração do porco e dos cachorros, há uma espécie de construção, criada com tracejados finos e um tanto apagados, onde não há dificuldade em se perceber um moinho em sua parte mais alta. O nome do autor vem impresso na parte superior e central da capa em letras não tão grandes quanto às do título, *A Revolução dos Bichos*, que está do lado esquerdo, em roxo, em uma posição quase central, com todas as letras em minúsculas. Seguindo a teoria proposta por Kress e Leeuwen, percebe-se que houve um destaque para o título se comparado ao nome do autor, pois a tradução traz o nome do autor na parte superior e central da capa em letras negras em fundo branco e menores que as do título.

4.3.2 ORELHAS

O exemplar que tenho em mãos não possui sua segunda orelha e, tendo investigado um outro exemplar para sanar tal problema, percebi que o mesmo também não possuía essa segunda orelha. Tal fato também resultou em um não-esclarecimento da autoria do texto presente nas referidas orelhas.

Parafraseando Else Vieira, "adentrando as portas de acesso ao livro" (1992:156), temos a primeira orelha, vindo como uma parte quase integrante da capa e, portanto, relevante no que condiz aos primeiros contatos do leitor com a referida obra. Além disso, nessa orelha, percebemos tanto elementos característicos das orelhas quanto do prefácio, uma vez que, partindo dos conceitos anteriormente apresentados, as orelhas seriam o espaço editorial para apresentar a gênese e a vida da obra original e o prefácio seria o paratexto responsável pela apresentação do autor e sua obra. Assim, uma vez que não é percebida a presença de um prefácio nos padrões conhecidos e que elementos caracterizadores do mesmo estão presentes nessa primeira orelha, decidi analisar tal orelha como sendo também uma espécie de prefácio, não deixando de lado o fato de eu não possuir a continuação de tal paratexto.

No início da orelha temos um cabeçalho contendo o título *A Revolução dos Bichos*, em letras maiúsculas e na cor roxa, assim como na capa; e o nome do autor logo abaixo, em letras maiúsculas também, mas menores do que as do título e na cor preta, dando, desse modo, maior ênfase à obra do que ao autor e demonstrando que, do ponto de vista dos editores, a obra estava à frente do autor, de acordo com a teoria do valor informativo das imagens de Kress e Leeuwen, mencionada no

capítulo 3. Em seguida, há uma afirmação sobre a vida política europeia na primeira metade do século passado, onde diz-se que a "intelectualidade europeia voltou-se esperançosa para a esquerda política mas cedo desapontou-se ao constatar que os ideais socialistas, na prática, revelavam marcada tendência ao totalitarismo" para, em seguida, dizer que "Eric Blair, mais conhecido pelo pseudônimo George Orwell", sofreu com a situação de não concordar com o sistema político em que estava inserido nem com a "esquerda política", dizendo que ele sentia-se "desgarrado numa sociedade reprovável". Tais afirmações fazem surgir na mente do leitor interpretantes para a leitura da presente obra, uma vez que, agora, o leitor já pode inferir que Orwell possuía um espírito crítico em relação a sistemas totalitaristas e, conseqüente e possivelmente, deixará transparecer na presente obra sua postura política, contrária aos ideais comunistas.

4.3.3 APRESENTAÇÃO

Levando-se em conta os conceitos apresentados no capítulo 3, analisarei a primeira página impressa como sendo uma apresentação e não como o ante-rostro, de acordo com o posicionamento espacial proposto de Vieira, uma vez que o mesmo aparecerá logo após essa apresentação, passando a ser, dessa maneira, a segunda página impressa.

Na apresentação, temos a formação de interpretantes que se tornarão, por sua vez, agentes da existência continuada da obra em uma outra cultura em um outro momento. O fato de vir escrito em terceira pessoa pode ser tomado como um

indício de que Orwell não foi o autor do mesmo, o que, utilizando os termos de Ildt, poderia ser chamada de *heterográfica*, tomando-se a nomenclatura utilizada para a classificação de prefácio, pois procura apresentar um autor estrangeiro a um contexto diferente do seu e, conseqüentemente, a um público para o qual a obra não foi endereçada.

O autor da apresentação cria, de maneira bastante direta, os interpretantes que interessavam aos militares. Esses interpretantes seriam aqueles que se ocupariam de levar o público leitor à formação de um pensamento anticomunista. O texto, ao dizer que Orwell, utilizando "animais para figurar as **fraquezas humanas**", deixou registrado em seu livro "um dos mais **sarcásticos** depoimentos sobre o chamado **paraíso comunista**", demonstra de maneira clara a intenção, através de palavras de impacto e de opinião pessoal, de fazer com que o leitor iniciasse sua leitura com uma visão preconceituosa em relação ao comunismo e, desse modo, adquirisse também uma postura de aversão ao mesmo. Tal propósito fica ainda mais explicitado no trecho em que o autor da apresentação diz que "através da **caricatura**, [Orwell] analisa **impiedosamente** os **rumos equívocos** do processo revolucionário", culminando em: "[...] buscando fundar uma **sociedade ideal**, que cedo se vê **traída** pela **opressiva atuação** dos novos dirigentes."

A referida apresentação, nos moldes da teoria de Perseu Abramo, pode ser considerada como um "padrão de inversão" do tipo "inversão da versão pelo fato", onde as declarações da equipe editorial passam a ser apresentadas como fato real. Seria, mais especificamente, um "oficialismo", onde tal versão é apresentada de forma que seja facilmente aceita pelo público leitor. Percebe-se, também, a

existência do "padrão de indução", onde os leitores são induzidos a acreditar em uma realidade manipulada por interesses específicos.

Além desse pequeno texto, temos, também um referência a uma das coleções da Editora Globo, a "Coleção Sagitário" que vêm impressa na parte inferior da página, em uma posição central e com o respectivo logotipo ao centro.

4.3.4 ANTE-ROSTO

Na página do ante-rostro, temos somente o título do livro. Percebe-se que a omissão do subtítulo *a fairy story* na tradução não foi um ato ingênuo do tradutor ou do editor pois, caso colocasse tal subtítulo, o livro poderia parecer, aos olhos do público adulto, uma fábula sobre animais, resultando em uma provável falta de interesse do mesmo diante da obra. Assim, provavelmente, os responsáveis pela edição do livro, envolvidos com o projeto militar e civil de preparação da mente dos brasileiros para o golpe, decidiram que a tradução não deveria ser publicada com tal subtítulo. Tal fato pode ser analisado como sendo um caso de manipulação e patronagem por parte dos militares. Essa manipulação, segundo Abramo, faria parte da seleção de aspectos presente no padrão de fragmentação. Uma vez que o título foi considerado mais relevante e o subtítulo não tão importante e, sob o aspecto ideológico, perigoso, a equipe editorial decidiu não publicá-lo.

Aqui, aproveito para ressaltar que, talvez, devido ao fato de aparecer, na introdução, uma relação entre Esopo, o sábio grego que criticava as atitudes injustas

dos tiranos através de fábulas, e Orwell, os responsáveis pela edição do livro tenham se sentido na liberdade de omitir o subtítulo *a fairy story*.

4.3.5 VERSO DO ANTE-ROSTO

No verso do ante-rostro, temos a ficha catalográfica do livro, na qual constam o nome e sobrenome do autor, seguido da data de nascimento e morte, fazendo com que o leitor tenha em mente que o livro foi escrito anos antes da possível ameaça da entrada do comunismo no Brasil.

O crédito ao tradutor demonstra a importância que, à época da edição, já era dada ao seu ofício. Nota-se que não há qualquer referência à patente de tenente do tradutor Heitor Ferreira no exército brasileiro, que, inclusive, não tem seu sobrenome completo registrado nessa ficha. Tal fato, pode ser uma decorrência da necessidade de se evitar uma possível correlação dos militares com a publicação de *Animal Farm* no Brasil, por parte do leitor.

A existência do título original, *Animal Farm*, sem o seu respectivo subtítulo, demonstra, assim como no ante-rostro, que não era, de fato, a intenção dos editores revelá-lo ao público leitor, evitando, assim, qualquer alusão aos contos de fadas. O fato de vir registrado que o livro se trata de "uma colaboração da Editora Globo" demonstra de forma clara o envolvimento dessa editora com aqueles que coordenavam o Ipês antes e durante o período ditatorial, conforme enfatizado no capítulo 4.

4.3.6 FOLHA DE ROSTO

A folha de rosto possui, logo no início, em letras maiúsculas, maiores do que todas as outras presentes nesse paratexto e na cor roxa, o título da tradução, demonstrando, assim, um maior grau de saliência em relação aos outros elementos. A posição central e superior aliada à cor diferenciada dos outros elementos textuais, demonstra a importância principal ao título do livro, antes mesmo do autor, que possui seu nome impresso abaixo do título e com as letras iniciais em minúsculas.

Logo abaixo do nome do autor temos o crédito ao tradutor, com seu nome impresso também com as iniciais em minúsculas. A diferença fica por conta do tamanho da fonte, que, nesse caso, é menor do que a do autor, dando uma maior ênfase ao autor do que ao tradutor. Tal fato, pode, talvez, ser visto como uma forma de deixar claro que a obra não é de origem brasileira.

Logo após, vem impresso o número da edição, seguida do antigo símbolo da Editora Globo que vem, assim como o título, na cor roxa, seguido do nome da editora e local de edição. Logo abaixo, os dizeres "em convênio com o instituto nacional do livro / mec", assim, em letras minúsculas, como todas as outras informações além do título do livro. Tal fato demonstra a patronagem presente na tradução da obra. Nesse caso, o patrocinador seria o governo militar, representado pelo Instituto Nacional do Livro e o Ministério da Educação, que promoviam a publicação de todo e qualquer material que estivesse de acordo com os ideais do governo.

De acordo com *O livro no Brasil: sua história.*, de Laurence Hallewell, o Instituto Nacional do livro foi criado na época de Vargas, logo após o *coup d'etat* de

1937, e era um "instrumento do controle direto do governo sobre quais livros poderiam ser legalmente publicados ou importados". Após sofrer várias modificações em suas atribuições, em março de 1970 decidiu-se que o Instituto deveria dedicar-se inteiramente a co-edições.

4.3.7 VERSO DA FOLHA DE ROSTO

No verso da folha de rosto temos o título do original inglês, *Animal Farm*, ainda sem o subtítulo, demonstrando, novamente, que o ato de não colocá-lo não foi devido a um descuido ou ingenuidade por parte da equipe editorial ou do editor. A data de 1ª edição e impressão, abril de 1964, demonstra que a tradução foi iniciada antes do golpe e sua publicação foi efetuada após o mesmo, como uma forma de preparar a mente dos brasileiros para a aceitação do regime imposto pelos militares, que segundo eles, era uma forma de prevenir a decadência do país em um regime comunista. Logo após surge a data da presente edição, 1971, seguida pela impressão dos direitos exclusivos de tradução, para o Brasil, que ficou sob responsabilidade da Editora Globo S.A..

4.4 TÍTULO DO LIVRO

Nesse subcapítulo, trato especificamente da tradução do título da obra, que, segundo o próprio tradutor, em uma entrevista, concedida através de correio

eletrônico, para a Prof^a. Dr^a. Maria Clara Castellões de Oliveira, ficou a cargo da Editora Globo de Porto Alegre. Apesar de sabermos que os títulos e até mesmo os próprios textos de traduções podem realmente sofrer modificações por parte da equipe editorial, de forma que o mesmo se adapte ao mercado e às exigências do patrocinador, é de se estranhar que a escolha do título não tenha sido uma decisão de comum acordo entre tradutor e equipe editorial, uma vez que o mesmo fazia parte do Ipês. A explicação para o fato de o tradutor não assumir qualquer relação com a escolha do título, pode estar no fato de que ele não queria dar margens para o envolvimento de seu nome com a campanha ideológica promovida pela instituição da qual fazia parte.

Quando se fala em tradução, falamos de uma mudança de código lingüístico que, conforme visto no capítulo 3, não é um ato ingênuo, sem interesses, mas uma mudança que procura criar elementos interpretantes para a preparação da mente do leitor para receber um texto estrangeiro à sua cultura. Nesse momento, aponto para a manipulação encontrada no título.

Uma tradução literal do título poderia ser algo como "Fazenda dos Animais". Dessa maneira, percebemos que houve uma considerável modificação no título ao levá-lo para o contexto brasileiro. A escolha do título *A Revolução dos Bichos* demonstra, de maneira clara, a manipulação da verdadeira informação contida no texto. A utilização de "revolução" ao título acabou por dar ao mesmo um caráter político que não estava presente no original. Isso ocorreu devido ao fato de que, como mencionado nos capítulos anteriores, em 1964, data de publicação da primeira edição desse livro no Brasil, os militares estavam preocupados com os rumos que estavam sendo tomados pelos governantes e com o socialismo liderado pela Rússia,

que poderia ganhar força dentro do território nacional. Sendo assim, a palavra "revolução" adquiriria uma certa relevância no cotidiano brasileiro. A palavra "bichos", que seria uma tradução para "animal" recebe um sentido pejorativo em português, uma vez que, a palavra "bicho", segundo o *Dicionário Aurélio*, além de significar "qualquer dos animais terrestres", pode significar, também, "pessoa muito feia, ou intratável". Dessa maneira, a utilização das palavras "revolução" e "bichos" lado a lado, provavelmente, tinha como intuito fazer com que as pessoas, ao lerem *A Revolução dos Bichos*, tivessem em mente o aspecto negativo das revoluções, preparando, assim, juntamente com outras obras e artifícios, a mente dos brasileiros para a aceitação do golpe de Estado que colocaria um fim às esperanças do surgimento de uma revolução do comunismo no Brasil. Aproveito para lembrar também que a palavra "bicho" foi usada em tal época e até em épocas posteriores como uma gíria entre os estudantes, que se tratavam por "bicho", sendo bastante comum ouvir frases como: "É isso aí, bicho!" "Podes crer, bicho!" "Que é isso, bicho?!". Dessa maneira, esse também pode ter sido um dos motivos para o uso da palavra "bichos" no título, uma forma de associar tais estudantes a animais. Heitor Ferreira discorda de tal afirmação ao alegar, na entrevista mencionada anteriormente, que não há qualquer relação entre o "bichos" empregado no título com a gíria, acrescentando que o livro, que é "de 1963 ou 1964", tendo sido "feito no Rio Grande Do Sul, onde não se falava assim." É de se estranhar que o senhor Heitor Ferreira ignore o fato de que o livro também seria enviado para outras regiões, que o título não tenha sido de comum acordo entre equipe editorial e tradutor, ou que, ao menos, o tradutor tivesse tomado conhecimento sobre o motivo pelo qual a editora decidiu utilizar tal título.

A partir dos conceitos de Abramo, argumento que o que ocorreu no título foi uma espécie de "padrão de inversão", mais precisamente uma "inversão da forma pelo conteúdo", pois o(s) responsável(eis) pela escolha do título, partindo do princípio de que o livro falava sobre uma revolução / rebelião dos animais, resolveu aplicar os mesmos termos no título do livro, anunciando antes mesmo do autor, a trama principal da história. Dessa forma, acabou criando os interpretantes para o leitor que, ao se deparar com tal título, já se preparava para receber uma narrativa sobre uma revolução de animais.

4.5 REBELLION = REVOLUÇÃO?

Nesse subcapítulo, procuro demonstrar, através de exemplos extraídos da tradução de Heitor Ferreira, a maneira como se manipulou a informação contida no original de George Orwell. Para tal, utilizarei extratos de textos nos quais se encontram os termos "rebellion" / "rebelião" e "revolution" / "revolução", que foram os quais mais me chamaram a atenção quando da leitura pautada em uma análise contrastiva que fiz entre *Animal Farm* e *A Revolução dos Bichos*.

Se podemos dizer que o tradutor e/ou o patrocinador da tradução, por motivos ideológicos, preferiu adaptar o título *Animal Farm* para o contexto brasileiro, não podemos dizer que o mesmo aconteceu durante a narrativa. Um primeiro exemplo está no capítulo II da tradução, onde temos GRANJA DOS BICHOS para ANIMAL FARM. no capítulo de mesmo número, página 22. Nesse momento, o tradutor preferiu fazer uso de uma tradução mais aproximada do significado do original, uma

vez que se trata do nome da fazenda dado pelos animais, depois de tomarem o poder da mesma, expulsando os homens, seus proprietários. Sendo assim, o nome *A Revolução dos Bichos* soaria estranho para uma fazenda.

De acordo com o dicionário *Longman Lexicon of Contemporary English*, "rebelião" seria o ato de rebelar(-se) contra um governo ou contra aqueles que estão no poder ou simplesmente o ato ou estado de se rebelar. Para o verbo "rebelar", o mesmo dicionário estabelece que esse seria o mesmo que agir violentamente contra aqueles que têm o poder, ou contra o uso injusto do poder. Já a palavra "revolução" teria o significado de um tempo de grande mudança social, especialmente, de mudança de um dirigente ou sistema político, através do uso da força. O dicionário *Longman Language Activator*, por sua vez, vai mais além e define "revolução" como um atentado bem sucedido e praticado pelo povo de um país para mudar ou destruir o governo, fazendo uso da violência.

Com relação à língua portuguesa, o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* define "rebelião" como ato ou efeito de rebelar(-se), revolta, rebeldia. O verbo "rebelar" teria o mesmo sentido de tornar rebelde, insurgir, revoltar. Já a palavra "revolução" teria os significados de : ato ou efeito de revolver(-se) ou revolucionar(-se), rebelião armada, revolta, conflagração, sublevação; transformação radical e, por via de regra, violenta, de uma estrutura política, econômica e social; qualquer transformação radical dos conceitos artísticos ou científicos dominantes numa determinada época: revolução literária, revolução tecnológica. Por outro lado, *A Enciclopédia Ilustrada da Folha de São Paulo* define "revolução" como a transformação de um sistema ou regime político através de um processo

relativamente rápido e intenso, freqüentemente (mas não sempre) acompanhado de violência.

De posse de tais conceitos, podemos afirmar que as definições em língua inglesa e em língua portuguesa se aproximam. Percebe-se também que "revolução" possui um cunho mais político e abrange a "rebelião". Enquanto uma "rebelião" pode ocorrer sem uma mudança de dirigente ou governo, isso não acontece com a "revolução", que tem como principal característica a mudança de governo.

No primeiro capítulo da tradução, temos "revolução" para "rebellion", no original. Esse vocábulo foi extraído do discurso do porco Major (Major) para os outros animais da fazenda, incitando-os a irem contra os homens, dirigentes da fazenda:

That is my message to you, comrades: **Rebellion!** I do not know when the **Rebellion** will come, it might be in a week or in a hundred years, but I know, as surely I see this straw beneath my feet, that sooner or later justice will be done. (1981:10)

"Esta é a mensagem que eu vos trago, camaradas: **Revolução!** Não sei dizer quando sairá esta **Revolução**, pode ser daqui a uma semana, ou daqui a um século, mas uma coisa eu sei, tão certo quanto o ter eu palha sob meus pés: mais cedo ou mais tarde, justiça será feita." (1971:7)

Além de algumas pequenas modificações lingüísticas que, a meu ver, não seriam necessárias, mas que também não chegam a modificar o sentido da sentença, podemos perceber que o tradutor, ao invés de utilizar o termo "rebelião" que, nesse caso, seria o mais adequado, utiliza o termo "revolução" que, por sua vez, possui um significado mais profundo que o de rebelião. Assim, segundo a teoria de Perseu Abramo, podemos considerar tal procedimento como um *padrão da*

opinião pela informação, pois transforma a opinião do tradutor como sendo a verdadeira informação. Tal procedimento de manipulação visa agradar ao patrocinador, nesse caso, o governo militar, conforme defendido anteriormente.

Provavelmente, o tradutor decidiu utilizar o termo "revolução" por se tratar de um termo mais forte do que "rebelião", demonstrando, de maneira mais explícita do que o original, as intenções do porco Major. Desse modo, o tradutor acabou por criar um interpretante que, na mente do leitor, funcionava como uma forma de remeter às revoluções que ocorreram mundo afora e que sempre representaram uma mudança nos rumos tomados pelo governo.

No capítulo IV da tradução, temos a palavra "revolta" para "rebelliousness" no original:

... and throughout that year a wave of **rebelliousness** ran through the country-side. (1981:36)

... e durante todo aquêlo ano uma onda de **revolta** percorreu a região. (1971:37)

Nesse trecho, percebemos que ocorreu, novamente, a troca de termos. Uma vez que "rebelliousness" significa "rebeldia", podemos dizer que o tradutor utilizou os mesmos artifícios do trecho citado anteriormente para causar, também, os mesmos efeitos.

Mais a frente, no capítulo V, o tradutor volta a manipular o termo em questão, traduzindo "rebellions" por "revoluções". Tal procedimento se deve ao fato de que se trata de um momento no qual o porco Bola-de-Neve (Snowball) acreditava que eles deveriam "fomentar revoluções" nas outras fazendas, de forma que não

fosse mais necessário procurar meios para se defender, uma vez que todas as outras fazendas estariam sendo "governadas" por animais:

... if **rebellions** happened everywhere... (1981:46)

... fomentando **revoluções** em tôda parte ... (1971:49)

No capítulo VII da tradução, o tradutor também utiliza o termo "revolução" ao invés de "rebelião", para "rebellion":

... Snowball was Jones's agent from the very beginning - yes, and from long before the **Rebellion** was ever thought of. (1981:71)

... Bola-de-Neve era agente de Jones desde o início... sim, desde o instante mesmo em que imaginamos a **Revolução**. (1971:80-81)

Aqui, "rebellion" se refere à conspiração dos animais contra os homens, na época, seus proprietários e também da fazenda. Sendo assim, provavelmente, o tradutor acabou usando o termo "revolução" para deixar bem claro que a indignação dos animais já era politizada e visava a uma mudança no "governo" da fazenda onde viviam. Tal procedimento tradutório resultou na formação dos interpretantes que atendiam aos interesses políticos dos militares, que era o de fazer com que o leitor visse sempre a tomada de poder dos porcos como uma "revolução" e não simplesmente como uma "rebelião", que é o que, realmente, é passado para o leitor quando da leitura do original. Dessa maneira, esse também é um trecho que se caracteriza pelo *padrão da opinião pela informação*, pois transforma a opinião do

tradutor como sendo a verdadeira informação, agradando ao governo militar, o patrocinador da tradução.

Logo após, temos, novamente, a utilização de "revolução" para "rebellion":

'Beasts of England' was the song of the **Rebellion**. But the **Rebellion** is now completed. (1981:77)

'Bichos da Inglaterra' era a canção da **Revolução**. Mas a **Revolução** agora está concluída. (1971:86)

Nesse momento, como o tradutor tinha a intenção de marcar o incidente da expulsão do Sr. Jones (Mr. Jones) da fazenda como um movimento estruturado por idéias que visavam modificar a maneira como os animais eram tratados e, conseqüentemente, os rumos da fazenda, provavelmente, ele tratou o termo de forma mais politizada. Tal manipulação propiciou a formação de interpretantes que, seguramente, levariam os leitores a uma leitura mais dirigida e crítica com relação aos movimentos ocorridos na fazenda.

No capítulo VIII, o tradutor, ao traduzir tal trecho, em que se lembra do episódio da expulsão do Sr. Jones, faz, novamente, uso do termo "revolução" para um "rebellion":

The animals saw no reason to disbelieve him, especially as they could no longer remember very clearly what conditions had been like before the **Rebellion**. (1981:79)

Os bichos não viam razão para desacreditá-lo, especialmente porque já não conseguiam lembrar-se com clareza da exatas condições de antes da **Revolução**. (1971:88)

Ainda no mesmo capítulo, encontra-se outra demonstração do artifício utilizado pelo tradutor ao se referir à, já mencionada, expulsão dos homens. Heitor Ferreira utilizou "revolução" para "rebellion":

The pigeons who were still sent out to spread tidings of the **Rebellion** were forbidden to set foot anywhere on Foxwood... (1981:83)

Os pombos, que continuavam a espalhar as mensagens da **Revolução**, foram proibidos de pôr os pés em qualquer ponto de Foxwood... (1971:93)

No capítulo IX, no momento em que Garganta (Squealer), o porco porta-voz de Napoleão (Napoleon), relata, de maneira fantasiosa, o momento da morte do cavalo Sansão (Boxer) para os outros animais, o tradutor ainda utiliza o termo "revolução" para "rebellion":

Forward in the name of the **Rebellion**. (1981:105)

Avante em nome da **Revolução!** (1971:118)

Aqui, como se trata de um momento no qual Sansão se refere à revolução por eles iniciada, o tradutor procedeu como em todos os momentos em que se referem à mesma.

Nos seguintes exemplos, o mesmo procedimento é observado:

A time came when there was no one who remembered the old days before the **Rebellion**... (1981:108)

Tempo chegou em que ninguém mais se lembrava de antes da **Revolução**... (1971:121)

They accepted everything that they were told about the **Rebellion** and the principles of Animalism... (1981:109)

Aceitavam tudo quanto lhes era dito a respeito da **Revolução** e dos princípios do Animalismo... (1971:122)

Many animals had been born to whom the **Rebellion** was only a dim tradition, passed on by word of mouth... (1981:108)

Haviam nascido muitos animais, para os quais a **Revolução** não passava de obscura tradição transmitida verbalmente... (1971:122)

Sometimes the older ones among them racked their dim memories and tried to determine whether in the early days of the **Rebellion**, when Jones's expulsion was still recent, things had been better or worse than now. (1981:110)

De vez em quando, os mais idosos rebuscavam a apagada memória e tentavam determinar se nos primeiros dias da **Revolução**, logo após a expulsão de Jones, as coisas havia sido melhores ou piores do que agora. (1971:124)

Em todos os momentos supracitados, percebe-se a substituição do termo "rebellion" por "revolução", em um processo de manipulação que modificou a idéia transmitida pelo original. Nos trechos que, agora, passarei a citar, podemos perceber que o tradutor não se comportou da mesma maneira como nos outros momentos, preferindo utilizar o termo "rebelião" para "rebellion", no original, demonstrando que, em tais momentos, de acordo com os objetivos definidos pelo patrocinador, isso se fazia necessário.

Um dos primeiros exemplos pode ser visto no capítulo V, onde o tradutor, percebendo que se tratava de um trecho que somente visava apresentar as

desavenças entre os dois porcos mais inteligentes da fazenda, Bola-de-Neve e Napoleão, provavelmente, achou que não havia necessidade em modificar o sentido do original. Além disso, a "rebelião" mencionada por Bola-de-Neve seria somente entre os animais das outras fazendas e, sendo provocada por mensagens enviadas através de pombos, não poderia resultar em uma ação politizada que caracterizaria uma revolução. Dessa maneira, o tradutor traduziu "rebellion" por "rebelião":

... and stir up **rebellion** among the animals... (1981:46)

... e provocar a **rebelião** entre os bichos... (1971:49)

No capítulo VII, temos, novamente, "rebelião" para "rebellion" no original:

For the first time since the expulsion of Jones there was something resembling a **rebellion**. (1981:66)

Pela primeira vez, desde a expulsão de Jones, aconteceu algo parecido com uma **rebelião**. (1971:74)

Nesse momento, o tradutor não modificou o sentido original, preferindo utilizar o vocábulo que, realmente, expressa o que foi colocado no original. O trecho foi retirado do texto no momento em que as galinhas da fazenda ficam indignadas com a "necessidade" de se vender seus ovos a um humano, dono de uma fazenda vizinha e que comercializava produtos com Napoleão, o porco que passou a ditar ordens na fazenda. Desse modo, o tradutor percebeu que não faria sentido colocar essa indignação como uma revolução, como havia feito anteriormente, uma vez que, agora, não havia nada que demonstrasse uma ação premeditada por parte das

galinhas, não resultando, assim, em uma revolução propriamente dita. Nesse trecho, percebemos um grau menor de manipulação de idéias em relação aos trechos analisados anteriormente, pois tal procedimento, na referida passagem, favorecia aos ideais dos patrocinadores da tradução, os militares. Essa manipulação vem confirmar a idéia de que o tradutor estava ciente da nuance de significado entre as palavras "revolução" e "rebelião", tanto na língua-fonte quanto na língua-meta.

Ainda no capítulo VII:

We had thought that Snowball's **rebellion** was caused by this vanity... (1981:69)

Nós pensávamos que a **rebelião** de Bola-de-Neve fôra causada por sua vaidade... (1971:77)

Nesse trecho, o tradutor, vendo que se tratava de um momento no qual se fazia menção à briga de Bola-de-Neve com Napoleão, ele, provavelmente, não achou que caberia "revolução", já que se tratava de uma briga, fruto de desavenças ideológicas mas que não implicaram em uma mudança na forma de "governo" da fazenda e nem, ao menos, foi um ação previamente planejada.

No capítulo VII, o mesmo procedimento é utilizado:

... when old Major first stirred them to **rebellion**. (1981:75)

... em que o velho Major, pela primeira vez, os instigara à **rebelião**. (1971:84)

Esse trecho trata do momento em que a égua Quitéria (Clover) relembra os tempos passados, antes da morte do velho Major (Major), e se amargura com os últimos

acontecimentos na fazenda. A utilização do termo mais próximo ao do original se deve ao fato de que, sendo um momento que caracteriza a fala interior de uma personagem de considerável limitação intelectual, não teria necessidade em criar interpretantes como aqueles em outros trechos. Provavelmente, o tradutor não se preocupou em modificar tal termo, como em outros momentos, como uma forma de marcar a limitação de tal personagem, que não via diferença entre uma "revolução" e uma "rebelião".

Ainda no capítulo VII, percebemos que o tradutor manteve o mesmo termo utilizado no original:

There was no thought of **rebellion** or disobedience in her mind.
(1981:76)

Não tinha em mente idéias de **rebelião** ou desobediência.
(1971:85)

Aqui, tratando-se de um trecho no qual o narrador adentra os pensamentos da égua Quitéria que, por sua vez, não possuía capacidade cognitiva para projetar uma "revolução", o tradutor acabou não modificando o sentido original, mantendo, dessa maneira, os interpretantes já contidos na mensagem original e não criando outros para modificar o sentido original, como feito em momentos anteriores.

Vale notar que no final da obra original é que percebemos o uso de uma palavra derivada de "revolução", que o tradutor, por sua vez, manteve em sua tradução:

For a long time there had been rumors - circulated, he had reason to think, by some malignant enemy - that there was something subversive and even **revolutionary** in the outlook of himself and his colleagues. They had been credited with

attempting to stir up **rebellion** among the animals on neighbouring farms. (1981:118)

Por longo tempo houvera rumores - inventados, acreditava, e tinha razões para isso, por algum inimigo mal-intencionado - de que havia algo de subversivo e mesmo de **revolucionário** nos pontos de vista seus e de seus companheiros. Tinham passado por desejosos de fomentar a **rebelião** entre os animais das granjas vizinhas. (1971:133)

Nesse trecho, percebemos que o tradutor não fez o uso da manipulação a que venho dando ênfase e que visava criar os interpretantes que levariam a uma interpretação que, provavelmente, se aproximaria daquela que os militares almejavam. As palavras inglesas "revolutionary" e "rebellion" foram traduzidas pelas suas correspondentes mais próximas em português: "revolucionário" e "rebelião", respectivamente. Presumo que, nesse momento, o tradutor não substitui a palavra "rebellion" por "revolução", como nos outros momentos, devido ao fato de a palavra "rebellion" vir, agora, impressa com a inicial minúscula. Em todos os outros trechos nos quais Heitor Ferreira lançou mão de tal substituição, com exceção daquele da página 49 da tradução, "rebellion" vem impressa com a inicial em maiúscula. Além disso, o fato de "rebellion" estar relacionada às movimentações entre os animais das granjas vizinhas, demonstra que poderia haver insatisfações por parte de tais animais que não poderiam ser consideradas atos revolucionários, uma vez que tais atos necessitavam de uma preparação psicológica, o que poderia levar um bom tempo, conforme ocorrido na "Granja dos Bichos". O fato de Heitor Ferreira fazer uma distinção entre o significado de "rebellion" (inicial minúscula) e "Rebellion" (inicial maiúscula) não justifica, a meu ver, suas escolhas. As posturas tradutórias de Heitor Ferreira comprovam o propósito dos militares e dos demais interessados em

desestabilizar o governo de João Goulart e sustentar o golpe ocorrido em março de 1964.

CONCLUSÃO

Podemos perceber que as traduções são feitas para um fim ideológico específico e todas elas carregam em si pensamentos e idéias do momento no qual foram realizadas e que, necessariamente, não estavam presentes no original. As traduções são feitas através de um prisma ideológico e têm como objetivo principal um impacto favorável às idéias do patrocinador sobre o público-leitor, que, muitas vezes, não tem acesso à língua original e acaba por tomar tal tradução como o original.

O fato de Heitor Ferreira, na época da tradução, ser tenente do Exército e estar envolvido diretamente com a campanha ideológica dos militares, que temiam uma "invasão" comunista, reforçou ainda mais a idéia da manipulação de textos estrangeiros para fins específicos.

A análise do momento histórico, o resgate de informações a respeito de procedimentos tomados por instituições como o Ipês, que se empenharam na campanha ideológica que visava a tomada de poder pelos militares e a análise contrastiva entre original e tradução trazem à luz procedimentos que, se ainda não revelados, pouco se comenta. Esse estudo, ao mesmo tempo em que resgata nosso passado, dá nova vida a uma obra sobre a qual já não muito se ouve falar, fornecendo a ela, uma "sobrevida continuada", de acordo com tradução oferecida por Else Vieira a termo presente em *A Tarefa do Tradutor*, de Walter Benjamin.

Esse trabalho funciona como uma ponte entre história e tradução, passado e presente, demonstra a importância do tradutor não só como um profissional que resgata culturas e histórias, quase um historiador e sociólogo, mas também como um indivíduo que tem o trabalho de transportar de uma margem a outra,

especificidades lingüísticas de uma cultura a outra, ficando, nesse meio-tempo, naquele entre-lugar a que João Guimarães Rosa se refere em *A Terceira Margem*³.

³ Citado por VIEIRA, 1996:65.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASH, Timothy Garton. A permanência de George Orwell. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 2001. Mais!, p. 4-9.
- ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.
- BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. Introduction: Proust's grandmother and the thousand and one nights: the "cultural turn" in translation studies. In: --- *Translation, history & culture*. London: Cassell, 1995. p. 1-13.
- BENJAMIM, Walter. *The task of the translator: an introduction to the translation of Baudelaire's "Tableaux Parisiens"*. In: ARENDT, Hanna (Ed.) *Illuminations*. Trad.: Harry Zohn. London: Jonathan Cape, 1970. p. 69-82.
- BERTASO, José. *A globo da rua da praia*. São Paulo: Globo, 1993. p. 158-180.
- BUCZYNSKA-GAREWICZ, Hanna. Peirce's semiotics and Heidegger's hermeneutics: two concepts of interpretation. In: DEELY, John (org.) *Semiotics 1985*. New York: University Press of America, 1986. p. 467-478.
- BUCZYNSKA-GAREWICZ, Hanna. Semiotics and the art of understanding. *VS Versus - Quaderni di studi semiotici*, Milano, n. 49, p. 59-63, gen. / apr. 1988.
- CAMPOS, Augusto de. *Verso, reverso, controverso*. 2ª ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994.
- DELISLE, Jean, WOODSWORTH; Judith (ed.). *Translators trough history*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- DERRIDA, Jacques. Des tours de Babel. In: GRAHAM, Joseph (ed.) *Difference in translation*. Trad. Joseph Graham. London: Cornell University Press, 1985b. p. 149-164.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Trad.: Laboratório de tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ENCICLOPÉDIA Ilustrada Folha de São Paulo: Encarte das edições de domingo. v. 2, p. 834-5, mar. /dez. 1996.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem theory. *POETICS TODAY*, Tel Aviv, v. 1. n. 1/2. 287-310, 1979.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história..* Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira, revista e atualizada pelo autor. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- HERMANS, Theo. Introduction: Translation studies and a new paradigm. In: ---(ed.). *The manipulation of literature: studies in literary translation.* London: Groom Helm, 1985. p. 7-15.
- KALAGA, Wojciech. The concept of interpretant in literary semiotics. *Transactions of the Charles S. Peirce society - a quartely journal in American philosophy*, v. 22, n.1, p. 43-59, Winter 1986.
- LEFEVERE, André. Prewrite. In: ---. *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame.* London, New York: Routledge, 1992a. p. 1-10.
- LEFEVERE, André. The system: patronage. In: ---. *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame.* London, New York: Routledge, 1992b.
- LEFEVERE, André. *Translating literature: practice and theory in a comparative literature context.* New York: The Modern Language Association of America, 1992c.
- LISZKA, James Jacob. Peirce's interpretant. *Transactions of the Charles S. Peirce society: a quartely journal in American philosophy*, v. 26, n. 1, p. 17-62, Winter 1990.
- LONGMAN Language Activator. Harlow: Longman, 1999.
- McARTHUR, Tom. *Longman lexicon of contemporary English.* Harlow: Longman, 1985.
- OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. *O pensamento tradutório judaico: Franz Rosenzweig em diálogo com Benjamin, Derrida e Haroldo de Campos.* Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2000. Tese de Doutorado em Letras: Estudos Literários (Literatura Comparada).
- ORWELL, George. *A revolução dos bichos.* Trad. Heitor Ferreira. Porto Alegre: Globo, 1971.
- ORWELL, George. *Animal farm: a fairy story.* Harmondsworth: Penguin Books, 1981.
- ROSA, João Guimarães. A terceira margem. In: ---: *Primeiras estórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 32-37.
- SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.* 11^a. ed. rev. amp. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SILVA, Liliam Mara Rodrigues. *Estudo de graus de politização na tradução: Animal Farm em vários contextos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985*. Trad.: Mário Salviano Silva. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires. Decentred signs: English literature and Brazilian popular music. In: VIEIRA, Else Ribeiro Pires & BENN-IBLER, Verônica (Orgs.). *Culturas e signos em deslocamento*. Belo Horizonte: Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Letras da UFMG, 1995.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires. Fragmentos de uma história de travessias: tradução e (re)criação na pós modernidade brasileira e hispano-americana. REVISTA DE ESTUDOS DE LITERATURA. Belo Horizonte: UFMG, v.4, p. 61-80, out. 96.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires. *Por uma teoria pós-moderna da tradução*. Belo Horizonte: 1992. 265p. Dissertação (Doutorado em Letras/Literatura Comparada) - UFMG.

WOODSWORTH, Judith. Teaching the history of translation. In: *Teaching translation and interpreting 3*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1996. p. 09-17.

WYLER, Lia. Uma perspectiva multidisciplinar da tradução no Brasil. In: MARTINS, Marcia A.P. (Org.). *Tradução e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 96-104.

INTERNET:

ABRAMO, Perseu. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. Capturado em 25 de março de 2001. Online. Disponível na internet: <http://www.fpabramo.org.br/perseu/textosperseu.htm>

ANEXOS

ANEXO A:

Trecho da correspondência de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo

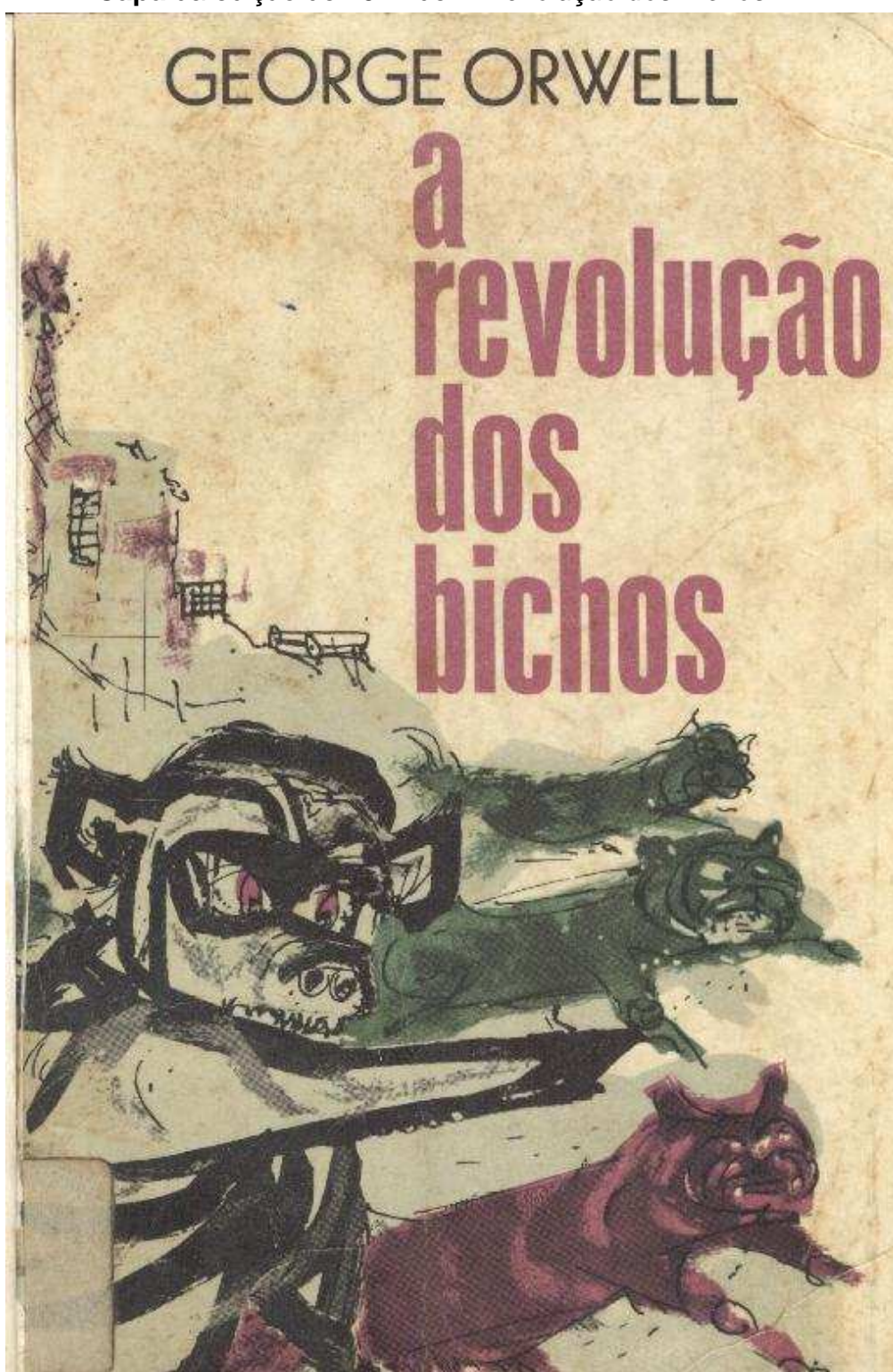
Tenho imprimida nos meus e sucum-
ulhos para a edição de alguns meus obras e
grande parte da minha propriedade benemerita

3

Heitor Ferreira

anti comunista. A maioria será brevemente
(Ditas - "Conversations With Stalin"; que será publi-
cado na minha terra pela editora Globo, a cujo
diretor liam-me caso de amizade, Strauss-Hyppi-
"The Protracted Conflict"; Suzanne Labou - "Il Est le plus
Cing"; Raquel de Queiroz - "Cônicas Engajadas"; Geor-
ge Orwell - "Animal Farm", e várias outras.

ANEXO B:
Capa da edição de 1971 de *A Revolução dos Bichos*



ANEXO C:
Orelha da edição de 1971 de *A Revolução dos Bichos*

**A REVOLUÇÃO
DOS BICHOS**

GEORGE ORWELL

Na primeira metade deste século a intelectualidade europeia voltou-se esperançosa para a esquerda política mas cedo desapontou-se ao constatar que os ideais socialistas, na prática, revelavam marcada tendência ao totalitarismo. Contudo, o outro extremo do espectro político era também inaceitável. Essa situação dolorosa de não poder adotar nem um lado nem o outro, de sentir-se desgarrado numa sociedade reprovável, foi vivida em toda a sua intensidade por Eric Blair, mais conhecido por seu pseudônimo George Orwell.

Blair, nascido na Índia em 1903, tivera uma educação tradicional, em Eton, que o preparara para servir aos interesses do Império britânico. Chegou a fazer parte da Polícia Imperial Indiana, em 1928, na Birmânia, mas ao descobrir-se um mero instrumento de um sistema político que passara a detestar, desafiou a família e seu círculo de relações e resolveu dedicar-se à literatura, sua aspiração secreta. Viveu em Paris os dois anos seguintes, nos bairros operários e depois deslocou-se para a Inglaterra, onde trabalhou como professor, bibliotecário, auxiliar de escritório e jornalista enquanto depurava sua arte literária. Ali, nas regiões industrializadas do Norte, também teve contato com a classe proletária e definiu sua posição de socialista.

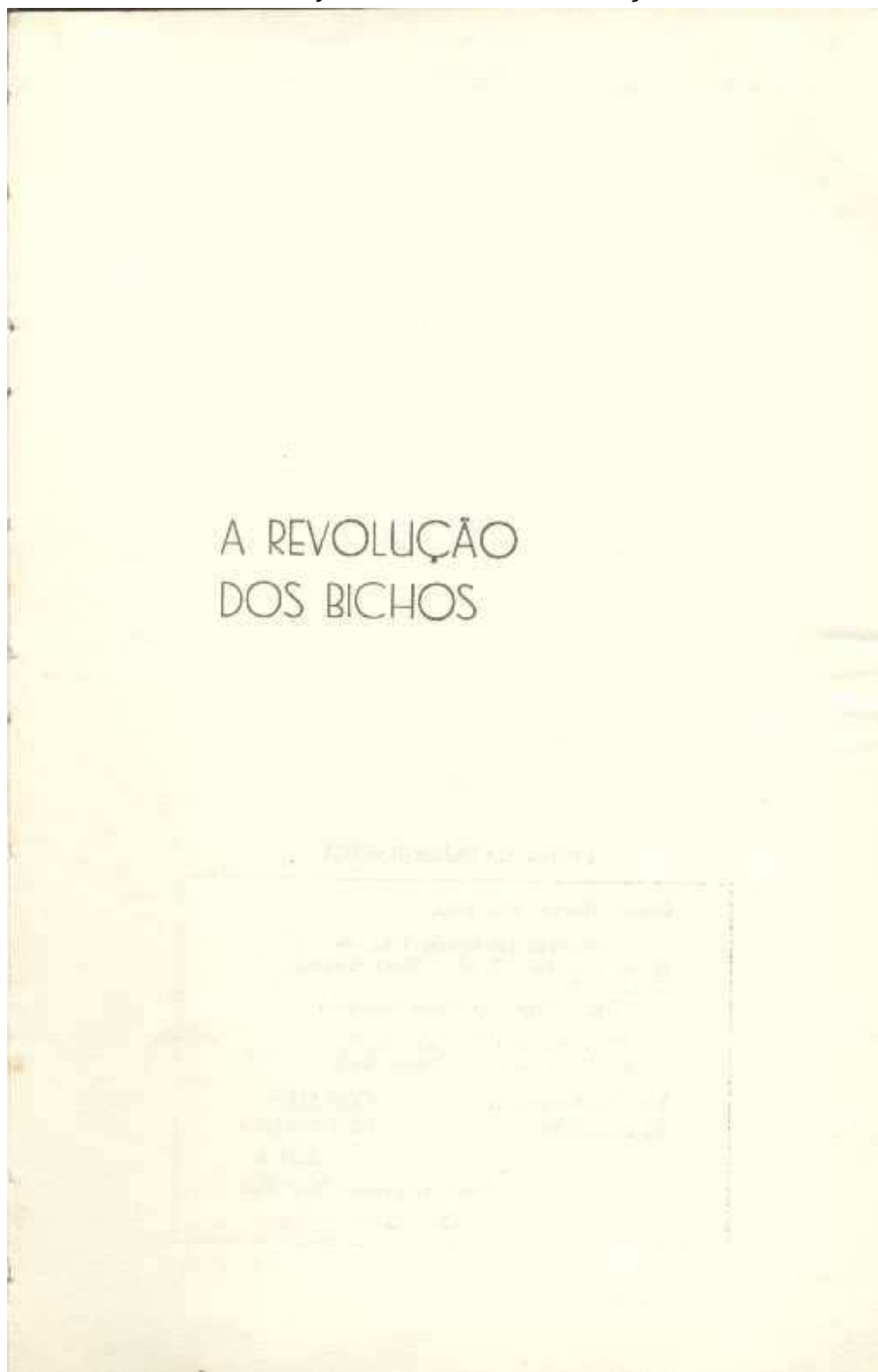
(Continua na 2ª aba)

ANEXO D:
Apresentação da edição de 1971 de *A Revolução dos Bichos*

A maneira de Esopo, usando animais para figurar as fraquezas humanas, Orwell deixou, neste livro, um dos mais sarcásticos depoimentos sobre o chamado paraíso comunista. Através da caricatura, analisa impiedosamente os rumos equívocos do processo revolucionário numa granja inglesa em que os animais, revoltando-se contra o proprietário, expulsaram-no buscando fundar uma sociedade ideal, que cedo se vê traida pela opressiva atuação dos novos dirigentes.

Coleção  Sagitário

ANEXO E:
Ante-rostro da edição de 1971 de *A Revolução dos Bichos*



ANEXO F:
Verso do ante-rostro da edição de 1971 de *A Revolução dos Bichos*

FICHA CATALOGRÁFICA

Orwell, George, 1903-1950.

A revolução dos bichos. Trad. de
Heitor Ferreira. 2. ed. Porto Alegre,
Globo /1971/
135p. 21cm. (Coleção Sagitário)

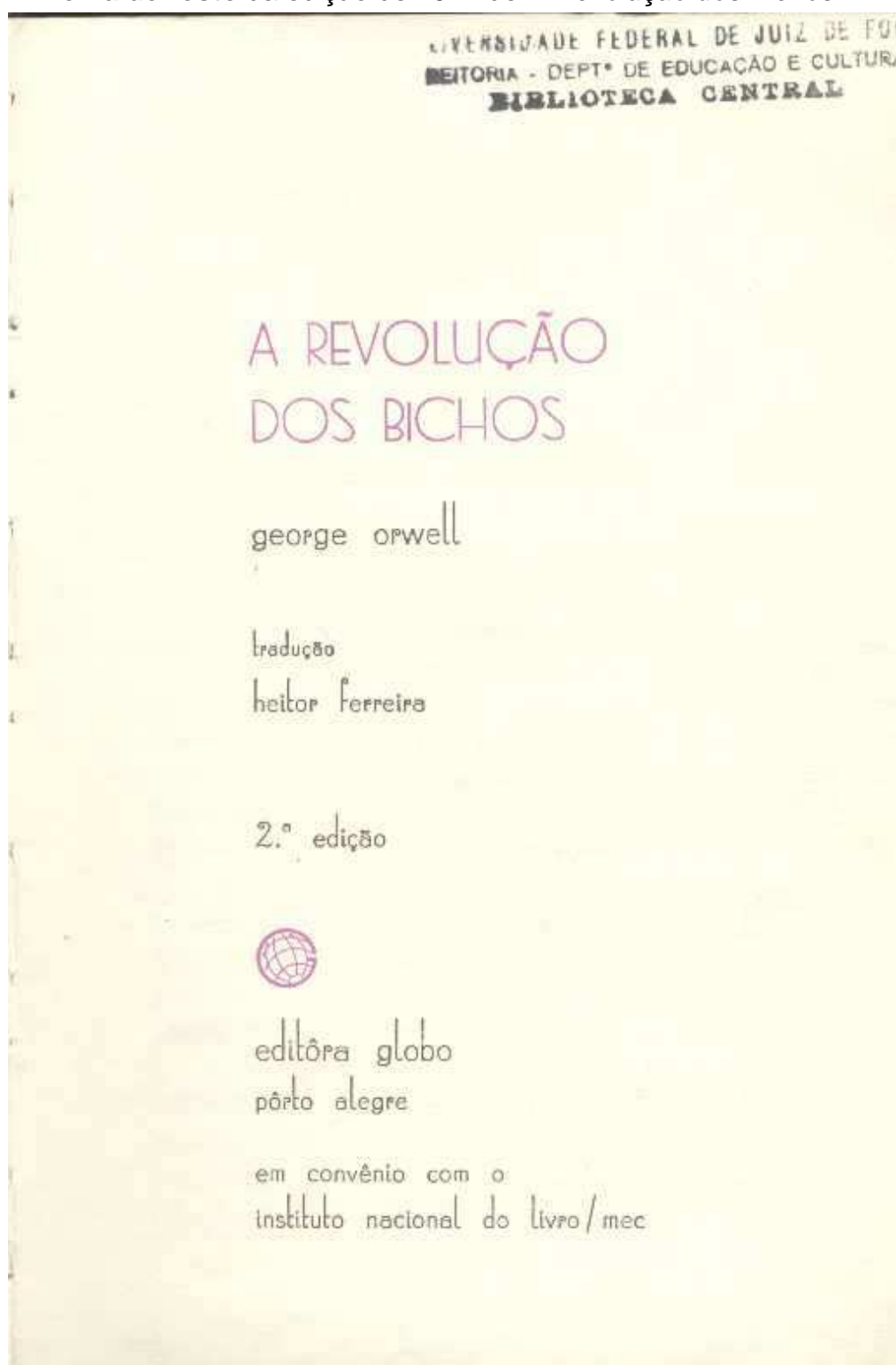
Título original: "Animal farm".
1. Novela inglesa. I. Título. Série

Uma colaboração da	CDD 823
Editôra Globo	CDU 820-313.1
	2224 A

Nome verdadeiro: Eric Blair

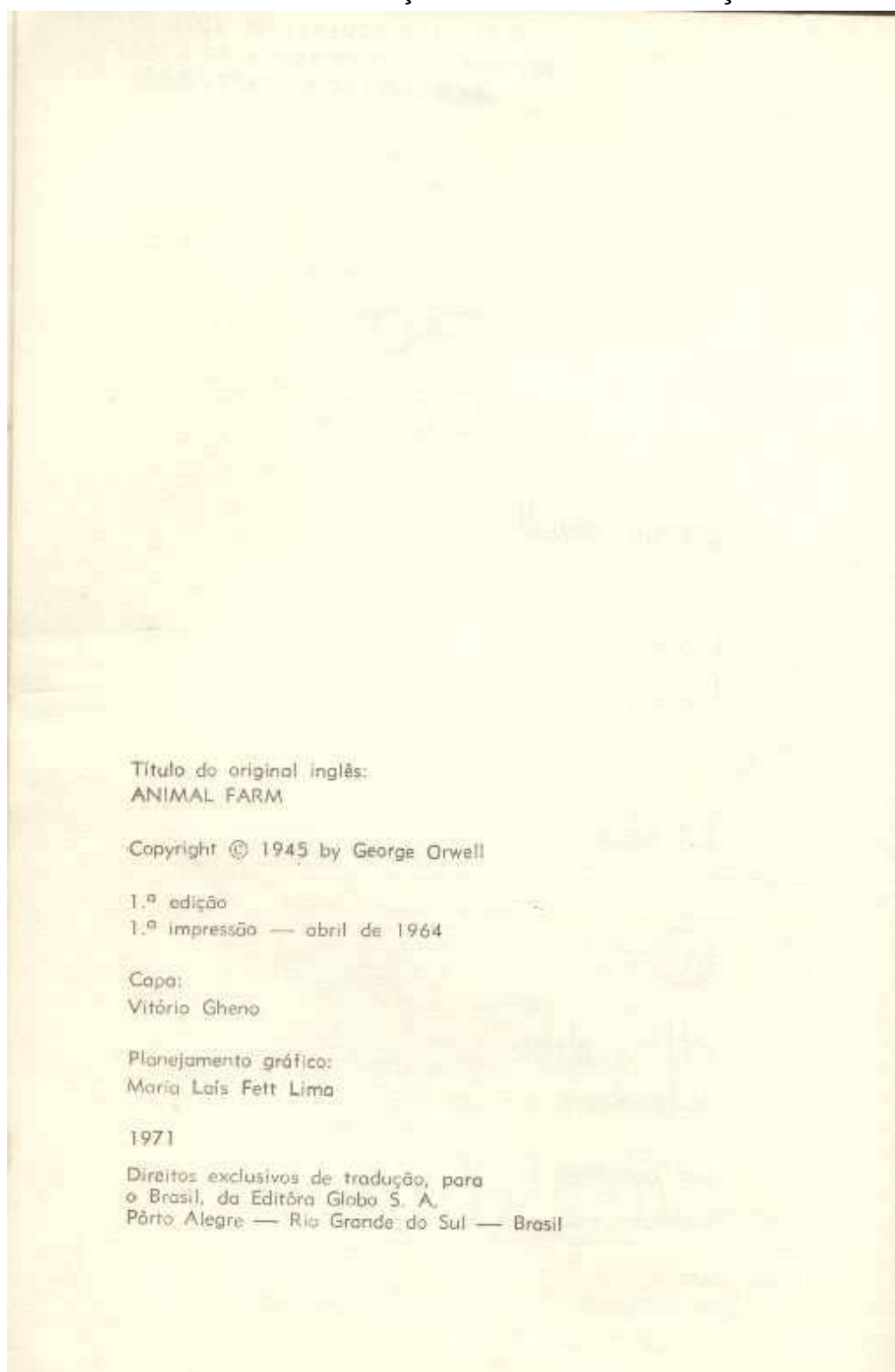
○

ANEXO G:
Folha de rosto da edição de 1971 de *A Revolução dos Bichos*



ANEXO H:

Verso da folha de rosto da edição de 1971 de *A Revolução dos Bichos*



Título do original inglês:
ANIMAL FARM

Copyright © 1945 by George Orwell

1.ª edição

1.ª impressão — abril de 1964

Capa:
Vitório Gheno

Planejamento gráfico:
Maria Laís Fett Lima

1971

Direitos exclusivos de tradução, para
o Brasil, da Editora Globo S. A.,
Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil